



ASL

 Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia

PROJETO PAISAGENS SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA - BRASIL
(P158000 - GEF Paisagens)

RELATÓRIO DE PROGRESSO
TÉCNICO-FINANCEIRO

Período
Janeiro a Junho de 2023

Brasília
Agosto de 2023

ELABORAÇÃO E REVISÃO

Elaboração - Conservação Internacional Brasil

Sophia Picarelli	Diretora de Soluções para o Clima
Neila Maria Cavalcante da Silva	Gerente de Estratégia e Políticas Públicas
Michele Rocha	Gerente de Projeto
Cintia Segadas	Gerente de Aquisições e Contratações
Maria Eliene Gomes da Cruz	Coordenadora de Monitoramento
André Leme	Coordenador de Finanças
Letícia Cobello	Coordenadora Técnica (AM)
Leuzabeth Silva	Coordenadora Técnica (ICMBio e SFB)
Fagner Richter	Coordenador Técnico (RO)
Renato Rodrigues	Coordenador Técnico (PA)
Ana Navarrete	Coordenadora de Comunicação
Heleize Galucio	Assistente
Laís Vieira	Assistente

2

Elaboração – FUNBIO

Fernanda F C Marques	Gerente de Portfólio, Doações Nacionais e Internacionais
Fábio Ribeiro Silva	Gerente de Projetos
Fernanda Estrella	Assistente de Projetos
Marilene Viero	Coordenadora de Controle Financeiro de Projetos
Mayara Bernardes	Analista de Controle Financeiro de Projetos
Vitor da Silva Vieira	Assistente de Controle Financeiro de Projetos

Elaboração - Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Francisco Eduardo Torres de Sá	Gerente Geral
Giuliano Marchini Senatore	Gerente Técnico
Cleber Lima Guarany	Gerente Estratégico
Mauricio Wanderley E. da Costa	Gerente de Aquisições e Contratações
Marcus Vinicius de Oliveira Mendes	Gerente de Projeto, Monitoramento e Avaliação
Yves Wanderley E. da Costa Netto	Coordenador de Compras
Tathiana Pereira Cabral	Coordenadora de Contabilidade
Lúis Henrique Piva	Coordenador UO - Amazonas
Sara Amaro Pais	Coordenadora de Comunicação e Salvaguardas
Conrado Parreiras Horta Vieira Leal	Coordenador Administrativo-Financeiro
Leonardo José Melo Brandão	Assessor Jurídico
Andréa Cardoso Maurício Valente	Assistente de Compras
Fabiola dos Santos Mendes	Especialista em Salvaguardas

Revisão - Ministério do Meio Ambiente

Renata Gatti	Chefe de Projeto DAP
Márcia Nogueira Franceschini	Analista Ambiental
Julia Zapata Rachid Dau	Coordenadora-geral DAP
Suiá Kafure da Rocha	Gerente de Projetos SBIO
Carlos Eduardo Marinelli	Chefe de Gabinete SBio
Fabiana Sousa	Assistente de Projetos

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	8
2. RESUMO DO DESEMPENHO ACUMULADO DO PROJETO (2018 A 2022/02)	10
3. DESEMPENHO FINANCEIRO NO SEMESTRE (2022/02)	20
4. INDICADORES E RESULTADOS ACUMULADOS	26
5. DESCRIÇÃO DO DESEMPENHO NO SEMESTRE (2022/02)	35
6. SUSTENTABILIDADE DAS AÇÕES DO PROJETO	53
7. FATORES CRÍTICOS QUE AFETARAM O DESEMPENHO DO PROJETO	55
8. RISCOS E OPORTUNIDADES QUE PODEM AFETAR O DESEMPENHO DO PROJETO ...	56
9. SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS	61
10. LIÇÕES APRENDIDAS	62
11. PRÓXIMOS PASSOS	64
12. COMUNICAÇÃO	66
13. ANEXOS	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução do nível de consolidação das UCs ARPA entre 2010 e 2023.....	11
Figura 2: Execução dos Recursos do Fundo de Transição do Programa ARPA nos Planos Operativos 2022/2023 (até junho), em milhões de reais.	12
Figura 3: Percentual de desembolsado conta designada.....	14
Figura 4: Execução por Componente.....	16
Figura 5: Execução anual do Programa ARPA, Dados de 2023 representam a execução do primeiro semestre, até junho.	19
Figura 6: Dashboard de execução financeira do projeto, componentes 2, 3 e 4.....	21
Figura 7: Evolução da Contrapartida por órgão gestor, entre 2017 e 2022, em milhões.	23
Figura 8: Produção de mudas no Viveiro da Floresta – Rio Branco-AC.....	36
Figura 9: Assembleia para deliberação sobre acordos de pesca no município de Barcelos - Amazonas.....	38
Figura 10: Credenciamento dos agentes ambientais voluntários – AAVs em Barcelos - Amazonas.....	38
Figura 11: Formação da segunda turma de parobotânico na Estação Ecológica do Jari-PA.....	39
Figura 12: Construção dos viveiros florestais comunitários na Comunidade de Rio Branco - Xapuri.....	41
Figura 13: Entrega de insumos e realização de palestras para sensibilização e diagnóstico de novas áreas de plantio.....	42
Figura 14: Mapa de macrozoneamento detalhes do plano de manejo.....	43
Figura 15: Realização de campanhas de combate a queimadas em Apuí.....	44
Figura 16: Condição final do cadastro após as análises.....	45
Figura 17: Comunidades: Remanso, Dona Cota e Floresta.....	49
Figura 18: São Francisco do Aiudá e Deus Me Deu.....	50
Figura 19: Tanauá, Maracacá e Iuima.....	50
Figura 20: Bela Vista e Palestina.....	50
Figura 21: Itaquera, Gaspar e São Pedro.....	51
Figura 22: Xixuaú, Xiparinã, Samauma e Marral.....	51
Figura 23: Card de divulgação do MSQ.....	68

Figura 24: Print da reunião de sensibilização online com pontos focais da Unidade Operativa do Acre.....	69
Figura 25: Print da reunião de sensibilização online com Equipe CI-Brasil de Compras e Operações.....	69
Figura 26: Foto enviada pelo ponto focal do ASL Brasil no Acre em que mostra o card do MSQ impresso e colado na porta da sala da secretaria.	70
Figura 27: Comentários realizados em março de 2023.	70
Figura 28: Datas dos registros realizados pela ferramenta KobotoolBox.	71
Figura 29: Banner do MSQ em exibição na primeira Oficinas Etnoregionais de Povos Indígenas, Quilombolas, extrativistas, das comunidades tradicionais e Reunião Regional para a co-construção do Plano Estadual de Restauração da Vegetação Nativa do Pará (PlanVeg), em Altamira no Pará - junho de 2023.....	71
Figura 30: Manifestação enviada via whatsapp em junho de 2023.....	72
Figura 31: Nova barra de logos ASL Brasil, junho de 2023.....	72
Figura 32: Capa do bloco de notas com orientações do MSQ para o I Seminário Estadual de Regularização Ambiental do Pará.	73
Figura 33 - Exemplo do mês 1 de entregas previstas do ASL no modelo do calendário proposto pela comunicação do projeto.....	73
Figura 34 - Card criado para divulgar oportunidades abertas no setor de compras do site do ASL.	74
Figura 35: print da tela da home page do novo site em construção. Em fase de homologação.	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Correspondência entre MRs alcançados e grau de consolidação	10
Quadro 2 - Execução total acumulada	13
Quadro 3 - Estudo da média de câmbio período 2018 a 2021	14
Quadro 4 – Desempenho do plano operativo.	15
Quadro 5 - POAs 2018-2019 e 2020-2021 e 2022/2023	15
Quadro 6 -Execução por Unidade Operativa	15
Quadro 7 - Evolução do POA1	18
Quadro 8 - Desempenho do Plano Operativo Anual	18
Quadro 9 - Recurso por categoria de gasto no semestre.....	20
Quadro 10 -Execução financeira do período por UO.....	20
Quadro 11 - Resumo execução financeira por componente	21
Quadro 12 - Recurso por categoria de gasto no semestre.....	22
Quadro 13 - Contrapartida planejada e executada por UO.....	24
Quadro 14: Detalhamento da análise de melhoria de gestão das UCs, conforme aplicação da FAUC em 2017 e 2023	26
Quadro 15- Resultados reportados para os indicadores relacionados ao componente 1.....	26
Quadro 16 - Acordos de pesca finalizados	29
Quadro 17 - Detalhamento do reporte de cadastros ambientais rurais analisados finalizados.....	29
Quadro 18- Resultados reportados para o semestre 2023/01.	31
Quadro 19 - Áreas com esforços para publicação de editais não contabilizados.....	33
Quadro 20 -Indicadores de Resultados Globais	34

1. Apresentação

Este documento tem como objetivo apresentar os resultados da execução física e financeira do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – Brasil referente aos componentes 1, 2, 3 e 4, do Acordo de Doação GEF TF 0A6057 referente ao período de janeiro a junho de 2023.

O Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia - Brasil (GEF-Paisagens) constitui um dos projetos vinculados ao Programa do GEF Paisagens Sustentáveis da Amazônia (Programa ASL), que visa proteger as áreas de ecossistemas florestais amazônicos globalmente relevantes e implementar políticas para promover o uso sustentável dos recursos naturais e a restauração da cobertura da vegetação nativa na região.

O Programa ASL na sua primeira fase compreende cinco projetos nacionais associados, executados por Brasil, Colômbia (dois projetos) e Peru (dois projetos). O Banco Mundial é a agência líder do programa e a agência implementadora do projeto brasileiro e do projeto colombiano, enquanto WWF e PNUD são as agências implementadoras do GEF para os outros projetos. O Projeto nacional brasileiro foi elaborado a partir das experiências de trabalho realizadas na Amazônia brasileira para fortalecer a conservação da biodiversidade, reduzir o desmatamento e melhorar os meios de subsistência das comunidades. Juntos, os projetos integrantes do Programa ASL visam criar/expandir áreas protegidas em 4.400.000 ha, melhorar o manejo das áreas protegidas em 87.000.000 ha, promover o manejo sustentável em 3.700.000 ha, restaurar 48.500 ha, beneficiar a 60.079 pessoas e apoiar ações que ajudarão reduzir as emissões de CO₂ em 185 milhões de toneladas até 2030, nas fases 1 e 2.

A Fase 1 do Projeto encontra-se em plena execução. Em relação ao Componente 1, executado pelo Funbio, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) apoia 120 Unidades de Conservação (UCs) totalizando 62,1 milhões de hectares. O programa utiliza a Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC) para monitorar a consolidação das UCs, evidenciando progressos desde 2010. Além disso, destaca-se o desempenho financeiro, com a execução do Fundo de Transição (FT) aumentando em 2022 e prevendo recorde em 2023. Os Componentes 2, 3 e 4, sob responsabilidade da CI-Brasil, visam melhorar o manejo da região amazônica.

A segunda fase do projeto encontra-se em andamento, e contou com atividades voltadas a estruturação do projeto, no que tange a inserção da nova agência executora e adequação de documentos diversos como o manual operacional do projeto volume IV, treinamento de aquisições para mutuários de operações de financiamento de projetos de investimento, revisão de documentos já existentes como planos de salvaguardas, estratégias de gênero, anexos de indicadores entre

outros. Adicionalmente está contemplando a revisão de algumas atividades, bem como a incorporação de outras que não constavam da versão original do Plano Orçamentário Anual (POA1). A seguir, são destacadas as atividades desenvolvidas no período de janeiro a junho de 2023:

- Ações de apoio voltadas para a criação do conselho gestor da Unidade de Conservação (UC) - Resex Baixo Rio Branco Jauaperi;
- Implementação de um monitoramento da fauna de quelônios, nas áreas de influência do Sítio Ramsar Rio Juruá;
- Atividades associadas as cadeias produtivas que se alinham aos princípios da sustentabilidade: i. visitas a UCs contempladas pelo Brasil-ASL fase 2 na região do baixo Rio Negro, onde foram apresentadas atividades demonstrativas de manejo, produção e beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, protagonizadas por povos e comunidades tradicionais locais; e ii. Seminário de Manejo e Conservação da Biodiversidade na Amazônia, realizado no auditório do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, com participação de mais de 100 pessoas, entre pesquisadores e lideranças regionais e do terceiro setor. Ambas as atividades foram acompanhadas por cerca de 25 representantes de 20 países dos diferentes continentes que compõem a Comissão do artigo 4j da Convenção para Diversidade Biológica (CDB), que discorre sobre o Conhecimento de Povos e Comunidades Tradicionais na Conservação da Biodiversidade.
- Planejamento dos eventos a serem realizados no 2º semestre de 2023 visando divulgar as inúmeras iniciativas em andamento no Mosaico do Baixo Rio Negro. Tais iniciativas se projetam tanto em nível nacional, quanto internacional, servindo como um veículo de disseminação das ações realizadas. Um dos principais focos dessa divulgação é a promoção e o fortalecimento do engajamento dos povos indígenas, assim como das comunidades tradicionais.

2. Resumo do Desempenho acumulado do Projeto (2018 a 2023/01)

Fase 1

Componente 1 (Funbio)

Esse componente corresponde ao apoio à implementação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, que é um programa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, iniciado em 2002 que se encontra em sua Fase III, cuja atual estratégia financeira corresponde ao Fundo de Transição - FT, em que os recursos de doação são gradativamente substituídos por outras fontes até 2039. O componente é executado pela FUNBIO, sob orientação do Departamento das Áreas Protegidas do MMA.

O Programa ARPA apoia atualmente 120 Unidades de Conservação - UC, que somam 62,1 milhões de hectares. A implementação do ARPA é pautada pelo estabelecimento de metas de consolidação, que considera consolidada a UC dotada de estrutura mínima de gestão que garanta sua integridade no curto prazo e viabilize o planejamento de médio prazo para que possam cumprir as finalidades para as quais foram criadas. A estrutura mínima de gestão de consolidação está dividida em graus I e II que contemplam conjuntos diferentes de atividades sendo que UCs de Grau I recebem apoio para 7 Marcos Referenciais- MRs enquanto UCs Grau II recebem para 12 MRs.

Quadro 1: Correspondência entre MRs alcançados e grau de consolidação

Marcos Referenciais alcançados Grau I	Marcos Referenciais alcançados Grau II	Grau de Consolidação
0 a 1	0 a 3	Muito Baixo
2 a 3	4 a 6	Baixo
4	7 a 9	Médio
5 a 6	10 a 11	Alto
7	12	Consolidada

Para monitorar o avanço das UCs em termos de consolidação, é empregada a Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação- FAUC, uma ferramenta específica do Programa que permite aferir periodicamente os avanços, excepcionalmente o retrocesso e orientar as ações em prol da consolidação das UCs. A FAUC é preenchida anualmente.

As informações mais recentes demonstram que o Programa ARPA tem sido efetivo no apoio a consolidação das UCs amazônicas. Conforme se observa na figura abaixo. No cômputo geral do

Programa ARPA desde 2010 e a partir de 2017 (início da vigência do Projeto Brasil-ASL), verifica-se uma redução gradual de UCs com níveis baixos ou muito baixo de consolidação (atualmente nenhuma UC encontra-se no nível muito baixo e apenas 11 UCs apresentam baixo grau de consolidação), enquanto 49 UCs (25,9 milhões de hectares) encontravam-se consolidadas e outras 40 (12,7 milhões de hectares) estão em estágio avançado de consolidação. Cumpre registrar que mesmo as UCs não consolidadas continuam apresentando avanços de cenários significativos por marco referencial, assim espera-se que a tendência de crescimento no número de UCs consolidadas aumente nos próximos anos.

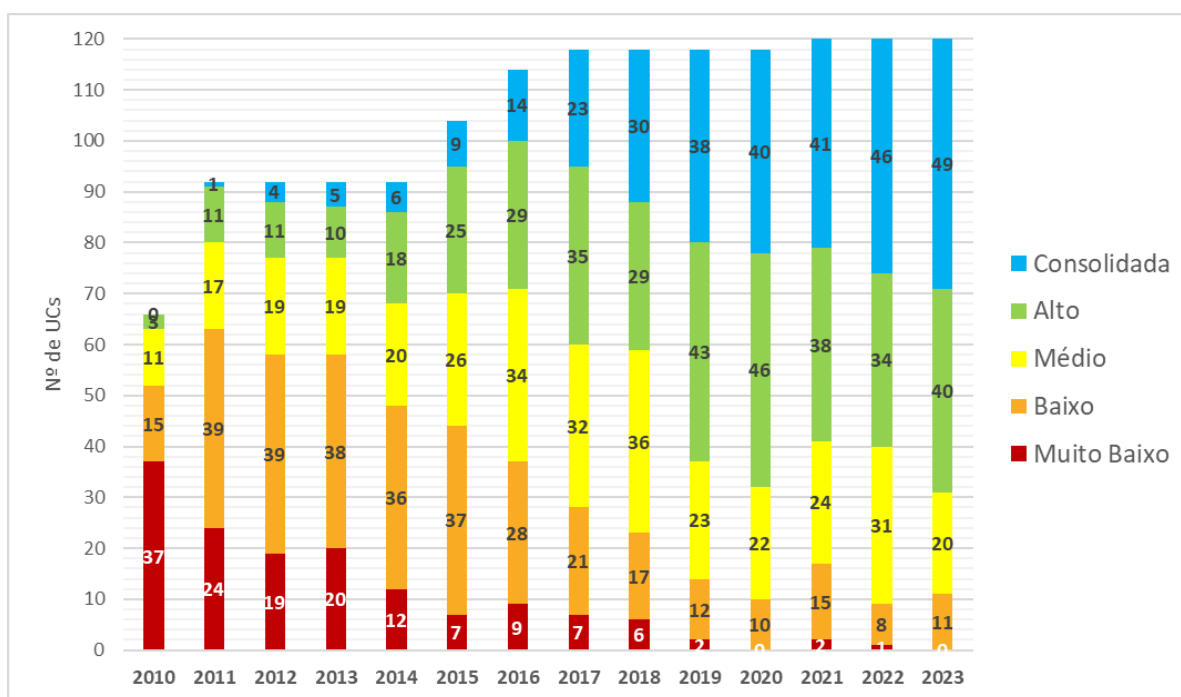


Figura 1: Evolução do nível de consolidação das UCs ARPA entre 2010 e 2023.

Também merece destaque o desempenho do Programa em relação a meta de criação de novas Unidades de Conservação que foi superada com criações e ampliações de 5 UCs no biênio 2022/2023, que correspondem a 2,6 milhões de hectares. No total, nessa Fase III do Programa ARPA são contabilizadas cerca de 6,1 milhões de hectares, valor 3% maior que a meta do ARPA, havendo perspectiva de criação de mais UCs nos próximos anos. Como o recorte temporal e as metas do Projeto Brasil-ASL são distintas, contabiliza-se 4,1 milhões de hectares em UCs criadas ou ampliadas entre 2017 e 2023, superando em 37,8% a meta do projeto nesse indicador.

Em relação a execução financeira destaca-se que após uma queda da execução do FT no ano de 2021, decorrente sobretudo da pandemia, os valores executados voltaram a subir em 2022, com

perspectiva de recorde de execução para 2023. Considerando o recurso executado, o biênio atual (2022/2023) já alcançou, até junho de 2023, a cifra de R\$ 54 milhões.

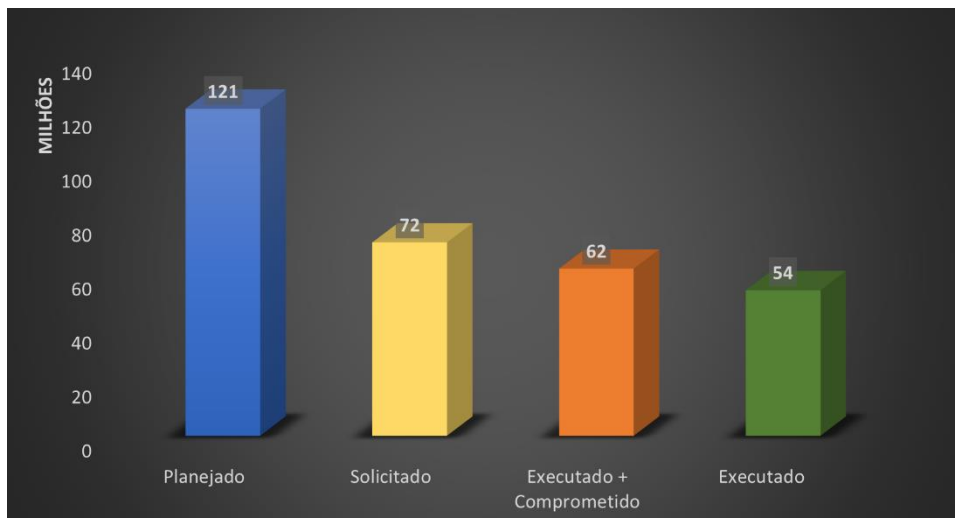


Figura 2: Execução dos Recursos do Fundo de Transição do Programa ARPA nos Planos Operativos 2022/2023 (até junho), em milhões de reais.

O Relatório L é o reporte financeiro semestral do Fundo de Transição do Programa ARPA, o documento é elaborado desde o início da Fase III do Programa e apresenta informações sobre as doações realizadas para o Programa, desempenho das carteiras de investimento, previsão de resgates de recursos do FT e execução do programa contendo o desempenho das UCs. O documento pode ser acessado no [Anexo 1](#) deste relatório e alguns resultados são apresentados na seção 3, abaixo.

Componentes 2, 3 E 4 (CI-Brasil)

O Projeto tem um papel importante nos desdobramentos do programa regional que reconhece que a região amazônica desempenha um papel crítico na regulação climática global, bem como na prosperidade ambiental e socioeconômica da região. Por meio dos projetos nacionais com os países envolvidos, promove uma abordagem regional para melhorar o manejo integrado da paisagem e a conservação do ecossistema na região amazônica.

Possui uma complexa governança com as seguintes entidades nacionais aqui representadas – coordenação do Ministério do Meio Ambiente, antigo Departamento de Ecossistemas, responsável pelos componentes 2, 3 e 4, do projeto na sua primeira fase e executado pela Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil) em parceria Serviços Florestal Brasileiro (SFB), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Governos Estaduais dos estados do Amazonas, Acre, Pará, Rondônia.

O Projeto foi assinado com um orçamento de US\$ 30.330.000 para esses três componentes. Atualmente apresenta atrasos no cronograma geral e é considerado em etapa de encerramento nos sistemas do Banco Mundial. Contudo, apresenta uma execução financeira atual de US\$ 8.972.352 (30%), um compromisso planejado e em andamento de US\$ 10.786.540 (36%), e um saldo de oportunidade e ganho cambial de US\$ 13.342.813 (35%).

Em avaliação intermediária realizada em 2022 por consultores independentes contratados tanto pela CI-Brasil, agência executora, bem como pelo Banco Mundial, agência implementadora, foi concluído que:

- Os objetivos estratégicos continuam relevantes e alinhados com as políticas estratégicas nacionais e iniciativas do Banco Mundial;
- Existe um compromisso significativo por parte da governança e é definido em longo prazo por políticas internas e externas, que deve ser mais bem posicionado com maiores alocações orçamentárias e foco nos resultados alcançados;
- A concepção estratégica do projeto é adequada, contudo, considerada complexa devido ao número de atores e suas características políticas;
- O plano de implementação é adequado, mas significativamente atrasado para os componentes 2, 3 e 4, principalmente devido às restrições do período da COVID-19. Portanto, alguns ajustes são necessários para compensar esse período e atingir as metas;
- O risco é substancial devido a implementação complexa dos arranjos de gestão e governança, o que poderá ser reduzido com o processo de planejamento e engajamento das Unidades Operativas.

Diante dos desafios enfrentados, o Projeto segue obtendo êxitos, novos aprendizados, e resultados positivos. Nesse sentido a Agência Executora CI-Brasil enviou em maio de 2023 ao Banco Mundial, diante da anuência do MMA, um pedido de extensão de mais 23 meses de prazo. Esta solicitação se faz relevante para alavancar as atividades de campo que tiverem atrasos na sua execução em decorrência da pandemia.

Quadro 2 - Execução total acumulada

Ano	Execução Financeira	%
2017 - Preparação	R\$ 398.659,71	1%
2018 – Início novembro	R\$ 847.273,63	2%
2019	R\$ 1.905.485,46	4%
2020	R\$ 4.624.502,94	10%
2021	R\$ 8.285.029,67	19%
2022	R\$ 21.276.838,5	49%

2023	R\$ 6.640.002,13	15%
	R\$ 43.977.791,05	

Na visão em dólar, o total executado até 30/06/2023 é de US\$8.972.352, conforme dados disponibilizados pelo sistema do Banco Mundial para o câmbio de Exchange Rate **1 USD = 4.853200 BRL** de 13-Jul-2023.

O câmbio é um fator de risco/oportunidade para o Projeto (Quadro 3), pois na visão de risco ele demanda maior alocação de contrapartida e atividades, e tem impacto significativo na visão da execução do Projeto, pois foi aprovado em uma taxa de R\$3,27 em 2017, sendo que nos últimos anos as variações foram positivas, contudo, nos últimos 12 meses já foi percebido uma perda cambial de 11%, conforme abaixo indicado.

Quadro 3 - Estudo da média de câmbio período 2018 a 2023

ANO	CÂMBIO
2023 (julho)	R\$ 5,11
2022	R\$ 5,16
2021	R\$ 5,07
2020	R\$ 5,15
2019	R\$ 3,94
2018	R\$ 3,65
Média	R\$ 4,75

Em relação ao valor total de orçamento de US\$ 30,330,000.00, o Projeto recebeu em conta designada de fundo rotativo 34%, cerca de US\$10.584.234,59 e apresenta uma execução acumulada de US\$8.972.352, conforme informação refletida no sistema Client Connection.

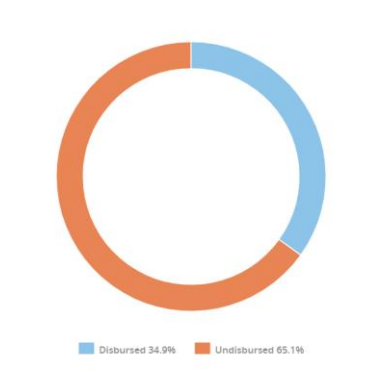


Figura 3: Percentual de desembolsado conta designada

O Plano Operativo do Projeto apresenta o seguinte cenário de desempenho, considerando “total planejado” como sendo o orçamento, “total comprometido” como sendo as aquisições em curso e “total executado” como sendo os pagamentos realizados até 30/06/2023.

Quadro 4 – Desempenho do plano operativo.

POA 3	R\$	52.798.217	36%
Comprometido/contratado	R\$	7.013.953	5%
Em andamento	R\$	32.333.125	22%
Não solicitado	R\$	7.596.194	5%
Suspensão/cancelado POA 3	R\$	5.854.945	4%

Quadro 5 – POAs (executado até 06/2023)

POA 1 (2018-2019)	R\$	9.905.095
POA 2 (2020-2021)	R\$	22.051.005
POA 3 (2022-2023)	R\$	11.586.725
Total Geral*	R\$	43.542.826

*Valor inclui custos de operação

O desempenho de execução global das Unidades Operativas é apresentado no Quadro 6. No último semestre, SEMA AC, SEMA AM, SFB e SEDAM RO tiveram mais expressão no volume de recursos executados, principalmente pela aquisição de equipamentos, carros e serviços de consultoria para análise dos cadastros ambientais rurais.

Quadro 6 -Execução por Unidade Operativa

POA 1	R\$	4.914.339
SEMA AM	R\$	1.831.262
SEDAM RO	R\$	1.356.768
SEMA AC	R\$	571.157
MMA	R\$	503.359
IDEFLOR/SEMAS	R\$	392.344
ICMBIO	R\$	259.449
POA 2	R\$	16.962.654
SEDAM RO	R\$	5.007.714
SEMA AC	R\$	3.456.329
SFB	R\$	3.373.885
ICMBIO	R\$	1.660.115
IDEFLOR/SEMAS	R\$	1.569.892
SEMA AM	R\$	1.132.527
MMA	R\$	762.191

POA 3	R\$	8.159.457
ICMBIO	R\$	2.217.318
SEMA AC	R\$	1.849.437
SEMA AM	R\$	1.094.481
SEDAM RO	R\$	913.052
SFB	R\$	790.474
IDEFLOR/SEMAS	R\$	781.088
MMA	R\$	513.606
Total Geral	R\$	30.036.450

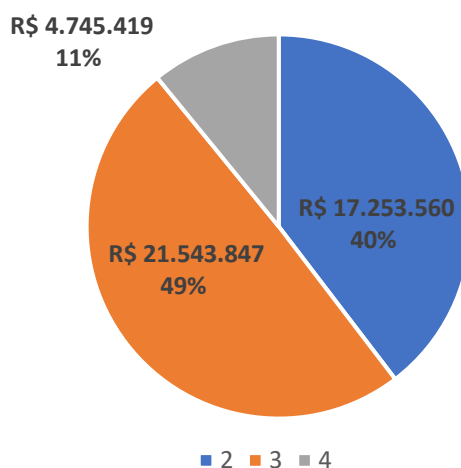


Figura 4: Execução por Componente

Em termos de execução acumulada por componente, o componente 2 – Gestão Integrada da Paisagem – conta com 40% do total de execução, enquanto os componentes 3 e 4 contam com 49% e 11%, respectivamente.

Outras análises:

Figura 3 - Resumo da execução financeira por categoria de gasto

- (1) Bens, obras, serviços técnicos, de consultoria e treinamento dos Componentes 2, 3 e 4
- (2) Custos operacionais dos Componentes 2, 3 e 4
- (3) Remuneração da equipe da CI-Brasil:
 - 3a - Remuneração da equipe técnica nos componentes 2, 3 e 4
 - 3b - Remuneração da equipe administrativa nos componentes 2, 3 e 4

Fase 2

Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

A segunda fase do Projeto Brasil-ASL tem um papel importante como financiamento adicional nos desdobramentos do programa regional que abrange um recorte territorial onde visa fortalecer estruturas de governança, gestão para paisagens e conectividade ecológica de cinco Áreas de importância para a Biodiversidade (IMAs). As ações propostas pela unidade operativa MMA para o primeiro POA, visam os sítios Ramsar Rio Negro e Juruá, áreas vitais para a sobrevivência humana, sendo o berço da diversidade biológica e fontes de água das quais inúmeras espécies animais e vegetais dependem para sua subsistência. Participam da governança da Fase 2 do Projeto ASL as seguintes instituições:

- O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, inicialmente através do Departamento de Ecossistemas vinculado à Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais (SAS) e, atualmente, por intermédio do Gabinete da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO), como Unidade Coordenadora do Projeto (UCP) responsável pelos componentes 1 (subcomponente 1.2), 2, 3 e 4;
- A Fundação Getúlio Vargas (FGV), como Unidade Executora (UE); e
- O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e os governos dos estados brasileiros situados na região Amazônica, além do Ministério do Meio Ambiente (MMA) como Unidades Operativas (UOs).

A expectativa para o segundo semestre deste ano é a celebração de acordos de cooperação com essas UOs.

Para a implantação e operacionalização das atividades sob a responsabilidade da FGV foram destinados recursos no montante de US\$ 19,284,404.00. O primeiro POA foi planejado com um montante de R\$ 3.859.215,55 na gestão 2022 por intermédio da UO/MMA. Até a presente data, para a execução das atividades contempladas no POA 1 e autorizadas pela Unidade de Coordenação do Projeto - UCP, foram desembolsados R\$ 45.763,10, que representam menos de 1% do desembolso previsto no POA 1 para o semestre considerado.

No primeiro semestre de 2023, o Plano Operativo Anual 2022-2023 passou por revisões que incorporaram duas novas atividades, além dos valores destinados ao pagamento dos serviços de Auditoria Externa e de reserva de transporte e hospedagem. Essas alterações resultaram em um incremento no montante contingenciado destinado à execução do POA1, conforme quadro 7.

Quadro 7 - Evolução do POA1

Ano	No.	Plano Operativo Anual	%	Execução
2022	1	R\$ 3.859.215,55	0%	-
2023	1	R\$ 6.154.455,35 ^[1]	0,007%	R\$ 45.763,10

Fonte: Elaborado por FGV

[1] Plano Operativo Anual – POA 1, teve o incremento das atividades como: oficinas para conselho gestor, expedição/evento Diálogos da Amazônia Brasileira, agenciamento de viagem e hospedagem e auditoria externa.

Em relação ao valor do Acordo de Doação, US\$ 19,284,404.00, o Projeto recebeu em conta designada, até o final do semestre em questão, a importância de US\$ 1.695.955,50 e apresenta uma execução acumulada de US\$ 241,590.65, conforme informação contida no sistema Client Connection do Banco Mundial. A tabela a seguir, intitulada “Desempenho Plano Operativo Anual” apresenta a evolução do Projeto em seu primeiro ano, onde o Item 1 - Valor Original Planejado indica o valor original do Plano Operativo referente ao 1º ano do Projeto (POA 1); O Item 2 – Valor Adicional Planejado contempla as inclusões posteriormente propostas e aprovadas pelo MMA; o Item 3 – Valor Ajustado é o novo valor do POA 1, somatório dos Itens 1 e 2; o Item 4 – Valor Comprometido informa as aquisições e contratações pactuadas e em execução, o Item 5 – Valor Executado representa os pagamentos efetuados até o dia 30 de junho de 2023, decorrentes das aquisições e contratações realizadas; e o Item 6 – Valor em Análise compreende as inclusões e/ou exclusões propostas, mas ainda em análise por parte da FGV e do MMA.

Quadro 8 - Desempenho do Plano Operativo Anual

POA 1	VALOR
Valor Original Planejado	R\$ 3.859.215,55
Valor Adicional Planejado	R\$ 2.266.854,30
Valor Ajustado	R\$ 6.154.455,35
Valor Comprometido	R\$ 627.333,30
Valor Executado	R\$ 45.763,10
Valor em Análise	R\$ 3.291.557,00

Fonte: Elaborado por FGV

O desempenho de execução global do projeto atende a uma única Unidade Operativa o Ministério de Meio Ambiente – MMA.

3. Desempenho Financeiro no Semestre (2023/01)

1.1. RECURSOS GEF

Fase 1

Componente 1 (Funbio)

No primeiro semestre de 2023 o Programa ARPA executou R\$ 30 milhões com a implementação dos POs das UCs e processos de criação apoiados, mantendo a tendência de crescimento da execução a partir de 2021.

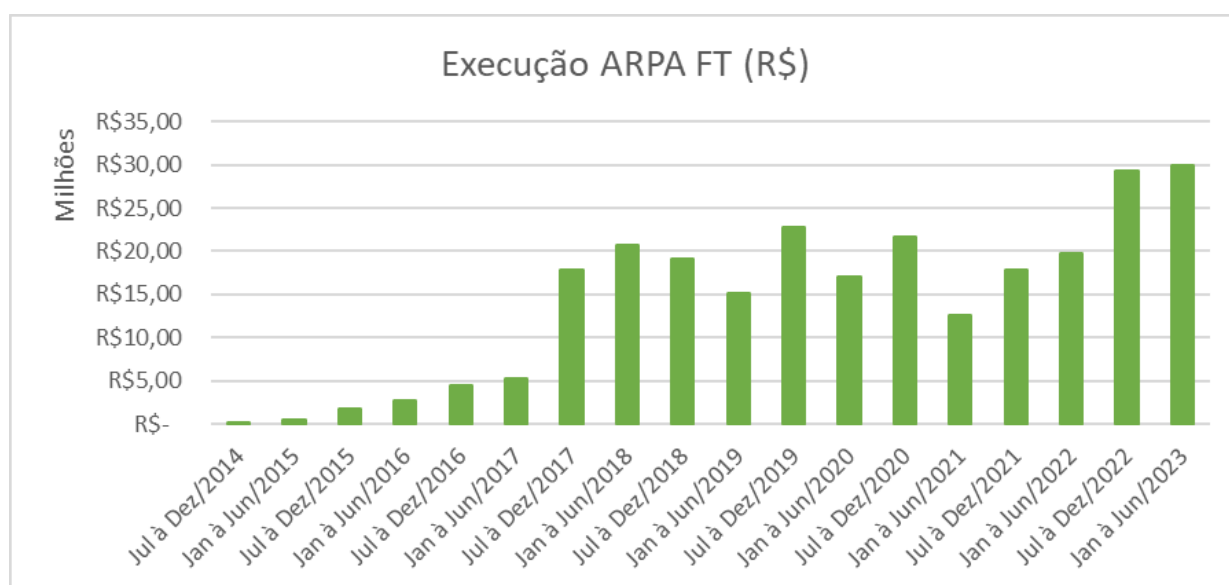


Figura 5: Execução anual do Programa ARPA, Dados de 2023 representam a execução do primeiro semestre, até junho.

O Relatório L ([Anexo 1](#)) apresenta os resultados de desempenho do FT atualizados até o primeiro semestre de 2023. A conta total do Fundo de Transição em junho de 2023 é de aproximadamente **R\$ 623,2 milhões** ou **US\$ 129,3 milhões**. Cabe destacar que em 2021 o FT alcançou a meta de capitalização, quando foi reportada capitalização acumulada de US\$ 238.118 milhões. Em junho de 2023 a capitalização acumulada do FT era US\$ 187.124 milhões. A Capitalização acumulada representa todos os aportes de doações mais os rendimentos obtidos pelas carteiras de investimento, sendo, portanto, uma posição flutuante, que depende das oscilações de mercado.

Com a retomada do Fundo Amazônia a partir de 2023, o FUNBIO e o MMA, em alinhamento com o Banco Mundial, iniciaram a discussão para elaboração de uma nova proposta do Programa ARPA a ser submetida ao Fundo Amazônia, mantendo assim o compromisso estabelecido em contrato

para realização do 3º desembolso do ASL. Assim, foi delineada uma nova proposta, aderente as linhas de apoio prioritárias do Fundo Amazônia e ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal PPCDAm, emitido em 2023. A proposta foi submetida em julho de 2023.

Componentes 2, 3 E 4 (CI-Brasil)

O Projeto apresenta uma execução de janeiro a junho de 2023 de R\$ 6.640.002, sendo US\$ 1.397.895,19, usando uma taxa média acumulada de R\$ 4,75. Abaixo (quadro 9) apresenta-se a divisão deste valor por categoria de despesa.

Quadro 9 - Recurso por categoria de gasto no semestre.

Categoria	Valor
Cat 1	R\$ 4.501.441
Cat 2	R\$ 1.208.991
Cat 3a	R\$ 309.024
Cat 3b	R\$ 620.546
Total Geral	R\$ 6.640.002

- (1) Bens, obras, serviços técnicos, de consultoria e treinamento dos Componentes 2, 3 e 4
- (2) Custos operacionais dos Componentes 2, 3 e 4
- (3) Remuneração da equipe da CI-Brasil:
 - 3a - Remuneração da equipe técnica nos componentes 2, 3 e 4
 - 3b - Remuneração da equipe administrativa nos componentes 2, 3 e 4

Quadro 10 -Execução financeira do período por UO

UO	Valor
SEMA AC	R\$ 1.542.314
ICMBIO	R\$ 1.390.814
SEMA AM	R\$ 724.472
SEDAM RO	R\$ 473.647
IDEFLOR/SEMAS	R\$ 372.470
SFB	R\$ 314.209
MMA	R\$ 83.800
Total Geral	R\$ 4.901.726

Quadro 11 - Resumo execução financeira por componente

Componente	Valor	
2	R\$	2.712.341
3	R\$	2.603.265
4	R\$	1.324.396
¹ Total Geral	R\$	6.640.002

O Projeto tem sido monitorado por meio de um dashboard dinâmico, atualizado semanalmente, evidenciando o status dos processos em curso no Plano Operativo vigente de 2022/2023. Conta com um escopo de 322 tarefas, destas, 29 tarefas constituem quase 70% do orçamento planejado com atividades de elevado valor atribuído.

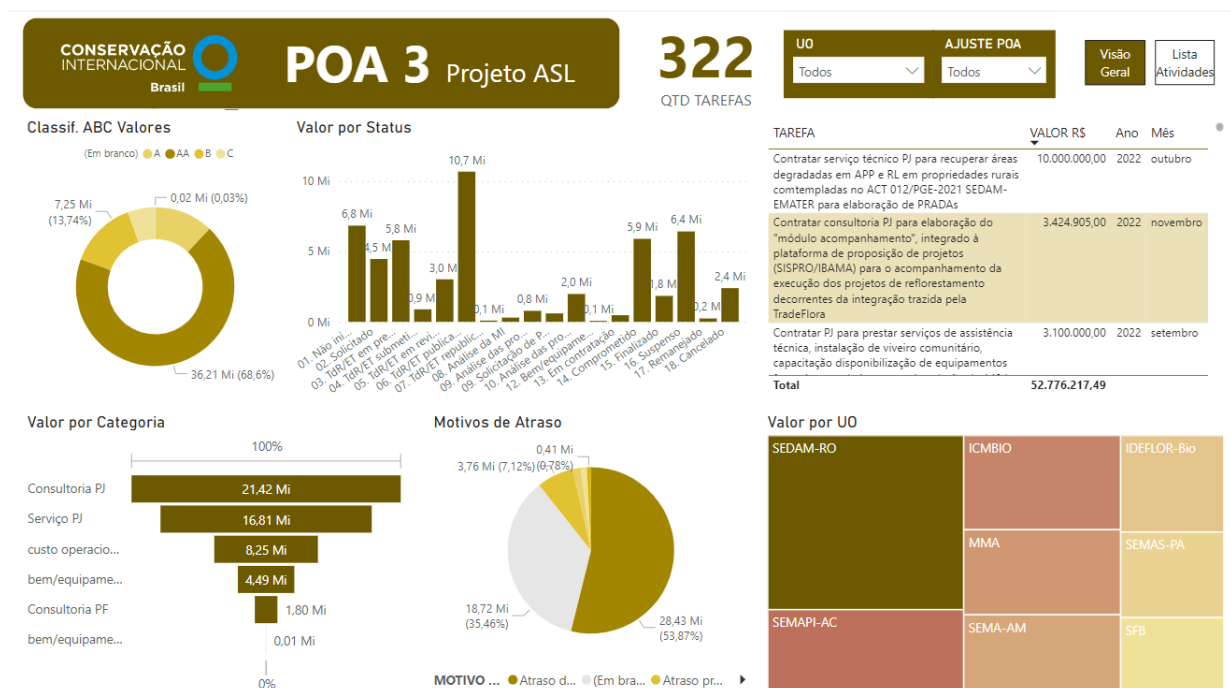


Figura 6: Dashboard de execução financeira do projeto, componentes 2, 3 e 4.

Cabe destacar que 29 atividades/tarefas estão com status "suspensão" até que a autorização de extensão de prazo seja aprovada pelo Banco, o que considera um montante de R\$ 29 milhões em contratos e que o prazo de execução dessas atividades ultrapassa a vigência atual de abril de 2024.

Fase 2

Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

¹ Anexo E consta o IFR enviado ao Banco relativo às despesas executadas e consolidadas até 30/06/2023

No período de janeiro a junho de 2023, a execução financeira do Projeto atingiu o montante de R\$ 852.185,05. A seguir, é apresentada a distribuição (quadro 12) desse valor por categorias de despesa.

Quadro 12 - Recurso por categoria de gasto no semestre.

CATEGORIA	JAN/MAR	ABR/JUN	TOTAL
Cat 1	R\$ 0,00	R\$ 41.963,10	R\$ 41.963,10
Cat 2a	R\$ 360.545,89	R\$ 445.088,84	R\$ 805.634,73
Cat 2b	R\$ 4.531,26	R\$ 55,96	R\$ 4.587,22
Total Geral	R\$ 365.077,15	R\$ 487.107,90	R\$ 852.185,05

Fonte: Elaborado por FGV

(1) Bens, obras, serviços de consultores, serviços não consultivos, Custos Atuais, Viagens e Treinamentos sob o Projeto dos componentes 1, 2, 3 e 4

(2) **Remuneração da equipe da FGV:**

2a - Despesas Operacionais no âmbito do Projeto nos componentes 1, 2, 3 e 4

2b - Custos de Gestão no âmbito do Projeto nos componentes 1, 2, 3 e 4

1.2. CONTRAPARTIDA

Fase 1

Componente 1 (Funbio)

A contrapartida dos Órgãos Gestores (OG) sofreu uma queda significativa em 2021, ano em que houve um repasse de contrapartida para o Instituto Chico Mendes muito abaixo do que a tendência vinha evidenciando, porém houve uma recuperação em 2022 com aporte na soma de todos os OGs de R\$ 44,9 milhões. Os valores relatados são provenientes de diversas fontes, o que sinaliza o esforço dos OGs em diversificar a contrapartida. No entanto, a maioria dos recursos ainda é do orçamento estadual/federal e, logo, permanece o desafio de aumentar a contrapartida em alguns OGs que não vêm alcançado a meta mínima de aporte nos últimos anos.

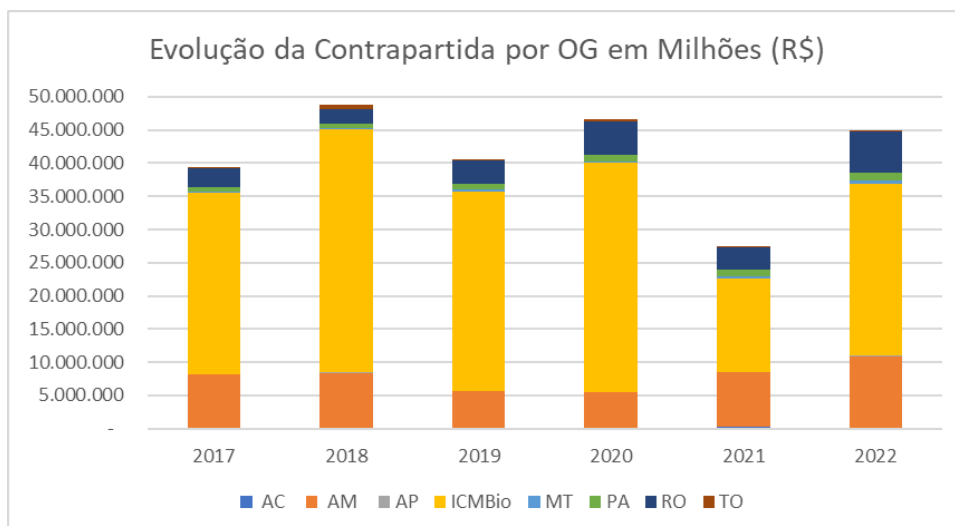


Figura 7: Evolução da Contrapartida por órgão gestor, entre 2017 e 2022, em milhões.

Os dados sobre contrapartida mostram um aporte total de aproximadamente R\$ 247,6 milhões entre 2017 e 2022, valor que excede o mínimo esperado na modelagem de custos do Programa ARPA. Os recursos disponíveis pelas UCs não devem depender tão somente do orçamento governamental e tanto as estratégias existentes de financiamento quanto novos mecanismos devem cumprir com parte importante dos recursos totais para que a estratégia financeira do Programa ARPA possa cumprir sua meta em 2039.

É importante acrescentar que esses dados referentes às contrapartidas apresentados pelos órgãos gestores aos recursos do Fundo de Transição do ARPA foram também contemplados na linha (MMA – SECEX) do Quadro 13 que trata da contrapartida planejada e executada por UO. Ademais, tendo em vista o esforço recente de compatibilização de informações entre todos os componentes do projeto ASL Brasil convém destacar que são passadas orientações para as UOs que executam os componentes 2, 3 e 4 do projeto para que, no reporte efetuado por elas, não sejam considerados recursos e ações do programa ARPA (componente 1). Desse modo, buscamos evitar uma sobreposição de reportes, algo que temos atentado e buscaremos refinar cada vez mais para os próximos relatórios.

Cumpramos registrar que no contexto das rotinas já estabelecidas do ARPA são feitos reportes anuais das contrapartidas apresentadas pelos Órgãos Gestores parceiros, que são sistematizadas nos relatórios do Programa. Nesse sentido, o próximo reporte da contrapartida dos OGs ao Programa ARPA corresponderá aos dados de 2023, que serão disponibilizados no primeiro semestre de 2024.

Componentes 2, 3 e 4 (CI-Brasil)

As Unidades Operativas executam iniciativas complementares ao Projeto utilizando contrapartida econômica e financeira. O reporte destes dados até 2020 era semestral, em 2021 havia sido alterado para anual, contudo, vários desafios foram incorridos de atraso, pendência, motivo pelo qual o processo em 2023 volta a ser semestral. No Quadro 13 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** quadro 13 consta o status da execução por UO até 12/2022, o reporte de janeiro a junho de 2023 será apresentado no próximo relatório de progresso.

Quadro 13 - Contrapartida planejada e executada por UO.

Unidades	Planejado	Acumulado 12/22	%
SEMA AC	R\$ 75.600.000	R\$ 119.896.759	159%
SEDAM RO	R\$ 91.323.444	R\$ 132.010.963	145%
ICMBIO	R\$ 85.844.386	R\$ 125.793.700	147%
CI-Brasil	R\$ 27.040.672	R\$ 23.152.828	86%
SFB	R\$ 29.506.997	R\$ 18.957.268	64%
MMA - SECEX	R\$ 321.575.788	R\$ 177.332.688	55%
SEMA AM	R\$ 93.737.486	R\$ 56.944.920	61%
SEMAS PA & IDELFLOR PA	R\$ 104.662.638	R\$ 22.047.112	21%
Total	R\$ 921.396.863	R\$ 676.136.239	73%

Fase 2

Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

As Unidades Operativas implementam ações complementares ao Projeto, fazendo uso de contrapartidas econômicas e financeiras. A prestação de contas destes dados ocorre a cada semestre. No entanto, devido à mudança de governo e à dissolução do Departamento de Ecossistemas, não foi viável efetuar o relatório no segundo semestre de 2022. O quadro 14, a seguir, apresenta a prestação de contas referente ao período de janeiro a junho de 2023.

Quadro 14 - Contrapartida executada por UO.

UNIDADES	2022	JAN/JUN 2023
FGV	R\$ 539.277,78	R\$ 539,277,78
MMA	R\$ 110.040,22	R\$ 1.171.665,13
Total	R\$ 649.318,00	R\$ 1.710.942,91

Fonte: Elaborado por FGV

4. Indicadores e Resultados Acumulados

Fase 1

Componente 1 (Funbio)

Correspondem ao componente 1 do projeto os indicadores 0.1, 0.2, 1.1 e 1.2 que foram mensurados a partir dos dados levantados e sistematizados pelo Departamento de Áreas Protegidas - DAP/MMA e Funbio. Para o indicador 0.1 foram consideradas informações obtidas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC e informações apresentadas pelos órgãos gestores até junho de 2023. No indicador 0.2 foram considerados os resultados da aplicação da Tracking Tool em 2017 e 2021, ou seja, início e meio do projeto, já que a próxima aplicação da ferramenta será realizada apenas ao final do projeto. Para o indicador 1.1 se considerou o resultado da Ferramenta de Avaliação de Unidade de Conservação - FAUC aplicada em 2017 e 2023. No caso do indicador 1.2 são considerados dados capitalização do Fundo de Transição reportados pelo Funbio semestralmente por meio do Relatório L.

Em relação ao indicador 0.1 (Criação de novas áreas protegidas - UCs) são contabilizados os resultados acumulados que correspondem às 19 UCs criadas entre 2017 e 2023 (Anexo C). Adicionalmente, há 13 processos de criação de novas UCs apoiados pelo ARPA. 5 deles são de UCs federais que contam com diagnósticos e consultas públicas concluídas. 8 são processos estaduais em execução.

Não houve nova análise do indicador 0.2 (Áreas de UCs apoiadas pelo projeto com baixa, média e alta efetividade), uma vez que o indicador corresponde aos resultados da aplicação da Tracking Tool no início do projeto (2017), meio (2021) e final. Sendo assim, uma nova aplicação da ferramenta e análise do desempenho do indicador é prevista para o final do projeto.

No indicador intermediário 1.1 (UCs existentes apoiadas pelo fundo de transição - ARPA com melhorias de gestão) foram reportadas 93 UCs que tiveram melhoria de gestão, ou seja, passaram do nível de consolidação que apresentavam na linha de base em 2017 para um nível mais alto em 2023 ou mantiveram-se em nível mais alto (Quadro 14 e ANEXO D). Para essa análise foram considerados os dados da aplicação da FAUC para o universo de 114 UCs apoiadas pelo Programa ARPA desde 2017, o que representa um desempenho de 81% de melhoria de gestão das UCs apoiadas no período.

Quadro 14 - Detalhamento da análise de melhoria de gestão das UCs, conforme aplicação da FAUC em 2017 e 2023

Nível de Consolidação (FAUC)	FAUC 2017 (linha de base)	Nº UCs que melhoraram a gestão entre 2017 e 2023	Observações
baixo	19	14	5 mantiveram-se baixo 7 foram para médio 7 foram para alto
médio	34	22	3 regrediram para baixo 9 mantiveram-se médio 22 foram para alto
alto	61	57	1 regrediu para baixo 3 regrediram para médio 57 mantiveram-se alto
Total UCs	114	93	
	Melhora%	81%	

De forma complementar à análise do indicador é importante registrar que a partir de 2017 ao Programa ARPA aderiram 5 novas UCs (Rebio Guaporé, PN Monte Roraima, PN Pacaás Novos, PN Acari e Rebio Manicoré). Além disso, em 2021 ajustou-se o registro do PE Cristalino II que realiza gestão integrada com PE Cristalino e não vinha sendo computado corretamente em termos de área e número de UCs apoiadas pelo Programa. A análise da consolidação dessas UCs não entrou na avaliação acima uma vez que, para fins de comparação e para evitar distorções, optou-se por manter o universo de UCs apoiadas desde o início do projeto (114). Cabe destacar que três delas avançaram em termos de nível de consolidação, uma manteve-se em nível alto e duas mantiveram-se em nível baixo.

Indicador 1.2 (Capitalização do Fundo de Transição ARPA - US\$ milhões)

O Quadro abaixo apresenta o detalhamento dos resultados reportados para os indicadores relacionados ao componente 1 (0.1, 0,2, 1.1 e 1.2).

Quadro 15 - Resultados reportados para os indicadores relacionados ao componente 1.

Indicadores de Resultados Globais					
Os Objetivos de Desenvolvimento do Projeto (ODPs) devem expandir a área sob proteção legal e melhorar a gestão de Áreas Protegidas e aumentar a área sob restauração e manejo sustentável na Amazônia brasileira.					
Indicador:	Linha de base:	Valor anterior: 2022/02	Valor no período:	Valor acumulado:	Justificativa / Comentários

			jan a jun 2023		
0.1 Criação de novas áreas protegidas (UCs) (ha, millions)	0.00	4.131.992	1.832	4.133.824	O valor acumulado corresponde às 19 UCs criadas entre 2017 e 2023, que contabilizam para as metas do ARPA e do Projeto Paisagens. A lista de UCs consta no Anexo C
0.2 Áreas de UCs apoiadas pelo projeto (novas e existentes) com i) baixa, ii) média ou iii) alta efetividade de gestão segundo critério definido (ha, millions)*	Total: 60.00 Group 1: 10 Group 2: 44 Group 3: 6			Total: 60.878.393 Baixo: 1.120.426 Médio: 47.407.007 Alto: 12.350.960	Considera 118 UCs apoiadas que possuem TT preenchida em 2017 (linha de base) e 2º semestre de 2021. Não considera PN Acari e Rebio Manicoré que entraram no Programa em julho de 2021. *Será realizada nova análise do indicador ao final do projeto.

Indicadores de Resultados Intermediários

Indicador:	Linha de base:	Valor anterior: 2022/02	Valor no período: jan a jun 2023	Valor acumulado:	Justificativa/comentários
1.1 UCs existentes apoiadas pelo fundo de transição (ARPA) com melhorias de gestão**	65.00	91	93	93	Análise comparativa da melhoria de gestão das 114 UCs entre 2017 e 2023 (93 UCs tiveram melhoria de gestão - passaram para nível de consolidação mais alto, ou mantiveram o nível alto nesse período) Nível Baixo para Médio ou Alto: 14 UCs Nível Médio para Alto: 22 UCs

					Nível Alto que se manteve alto: 57 UCs Total= 93 UCs
1.2 Capitalização do Fundo de Transição ARPA (US\$ milhões)	134.00	191.3	187.12	238.1 Valor acumulado reportado em 2021, quando o FT atingiu a meta de capitalização	TOTAL APORTADO OFF + LOCAL + RENDIMENTOS (USD), conforme Quadro 2 do Relatório L (agosto 2023). Vide Anexo 1 Os valores de capitalização são flutuantes de acordo com o desempenho das carteiras de investimento do FT (local e off)

Componentes 2, 3 E 4 (CI-Brasil)

Os indicadores (0.3, 0.4, 2.1, 2.2, 2.3, 3.1, 3.2 e 4.1) foram mensurados no período de 01 de junho a 15 de junho de 2023, por meio da ferramenta kobotoolbox, pela qual as UOs aportaram os resultados relacionados ao período deste relatório. Neste período de janeiro a junho de 2023 observa-se um avanço nos indicadores (2.1, 2.2, 2.3, 3.1, 3.2 e 4.1).

Para os indicadores globais 0.3 (Área sob Recuperação Apoiada pelo Projeto Desagregada em: (i) condução de regeneração natural (ii) e recuperação ativa) e 0.4 (Área Florestal Trazida sob Planos de Manejo Sustentável) não houve avanço.

Para o indicador 2.1 (Área de Propriedades Rurais Apoiadas pelo Projeto Adotando Práticas de Manejo Sustentável), foram reportados como contrapartida 209.897,96 ha. Desse total, 54.873,15 ha referem-se a 45 imóveis no estado do Rondônia; e, 155.024,81 ha referem-se a 109 imóveis no estado do Pará, com Termos de Compromisso assinados para adesão ao Programa de Regularização Ambiental (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

O indicador intermediário 2.2 (UCs de Uso Sustentável com Práticas de Manejo Sustentável Apoiadas pelo Projeto) teve um acréscimo de 1.606.558,98 hectares (Quadro 16), referente a conclusão de oito dos nove acordos de pesca previstos, no estado do Amazonas. As assembleias para aprovação dos planos ocorreram em abril de 2023 e a publicação das Instruções Normativas em junho de 2023.

Quadro 16 - Acordos de pesca finalizados

NOME DO ACORDO DE PESCA	ÁREA DO ACORDO (HA)
Rio Apuaú	12.199,32
Rio Quiuini	326.390,24
Rio Demeni	161.475,16
Rio Caurés	187.357,16
Rio Padauri	68.927,59
Rio Aracá	214.238,96
Rio Negro	632.061,09
Rio Acajatuba	3.909,46
TOTAL	1.606.558,98

No indicador intermediário 3.1 (Propriedades Rurais Adotando Ferramentas de Planejamento do Uso do Solo para a Gestão Sustentável), houve um acréscimo de 8.077 cadastros ambientais analisados finalizados (Quadro 17). Desse total, 4.781 foram reportados pelos estados de Rondônia, Pará e Amazonas com recursos de contrapartida; e, 3.296 cadastros ambientais analisados finalizados reportados pelos estados de Rondônia, Pará e Amazonas (Quadro 17) com recurso do ASL, por meio de consultoria especializada.

Quadro 17 - Detalhamento do reporte de cadastros ambientais rurais analisados finalizados

Unidade operativa	Origem do recurso	N. de cadastros analisados finalizados	Condição
Sema AM	ASL	130	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Sema AM	ASL	32	Cadastros analisados (finalizados) sem pendências
Sema AM	Contrapartida	67	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Sema AM	Contrapartida	107	Cadastros analisados (finalizados) sem pendências
Semas PA	Contrapartida	1.321	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Semas PA	Contrapartida	1.845	Cadastros analisados (finalizados) sem pendências
Semas PA	ASL	23	Cadastros analisados (finalizados) aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Sedam RO	ASL	3.064	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Sedam RO	ASL	47	Cadastros analisados (finalizados) sem pendências
Sedam RO	Contrapartida	1.413	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Sedam RO	Contrapartida	28	Cadastros analisados (finalizados) sem pendências

TOTAL		8.077	
--------------	--	--------------	--

Para o indicador 3.2 (Mecanismos de Incentivos para a Redução do Desmatamento e o Aumento da Recuperação), houve o acréscimo de nove (9) novos mecanismos pelo estado do Amazonas (Anexo A), oito (8) Instruções Normativas dos acordos de pesca, com recurso ASL; e um, referente a IV Fase do Plano Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimadas do Amazonas, como contrapartida.

Para o indicador 4.1 (População Local Consultada sobre Ações do Projeto), houve o acréscimo de 1.914 pessoas consultadas/beneficiadas, que participaram de oficinas, capacitações e reuniões apoiadas pelo ASL, sendo 1.049 homens e 865 mulheres.

Quadro 18- Resultados reportados para o semestre 2023/01.

Indicadores de Resultados Globais						
Os ODPs devem expandir a área sob proteção legal e melhorar a gestão de Áreas Protegidas e aumentar a área sob restauração e manejo sustentável na Amazônia brasileira.						
Indicador:	Linha de base:	Valor anterior: 2022/02	Valor no período: jan a jun de 2023	Valor acumulado:	Meta prevista	Justificativa / Comentários
0.3 Área (Ha) sob recuperação apoiada pelo projeto desagregada em: i) condução de regeneração natural;	0.00	1.300,98	0,00	1.300,98	23.800 ha	Não houve alteração no valor
0.3 Área (Ha) sob recuperação apoiada pelo projeto desagregada em: ii) recuperação ativa, segundo critério definido	0.00	85,00	0,00	85,00	4.200 ha	Contratado/em execução: 102 ha Resex Chico Mendes (AC) 7 ha em propriedades rurais em Canutama (AM) 195 ha no entorno da Resex Chico Mendes e nas APAs de Rio Branco (AC) Em andamento/elaboração: 140 ha Resex Alto Juruá (AC) 500 ha em propriedades/posses rurais em Rondônia 40 ha na Flona Jacundá (RO)
0.4 Área florestal trazida sob planos de manejo sustentável	0.00	0,00	0,00	1.365.544,00	1.400.000 ha	Valor ajustado conforme orientado durante a Missão de Supervisão de 27 abril de 2023. O valor de 3.015.728,59 ha que constava correspondia a todas as áreas de UC com esforços para a concessão, incluindo estudo técnicos, consulta pública e edital publicado. O valor foi validado e ajustado atendendo os requisitos para reporte de indicadores,

						<p>pactuados entre CI, MMA, BM e UOs em julho de 2021:</p> <p>Para esse indicador é observado dois níveis: 1º nível: área total da UC, e; 2º nível: área da UMF (Unidade de Manejo Florestal). Contudo para reporte, será considerado a área total da UC com estudos prévios e edital da concessão publicado).</p> <p>O valor de 1.365.544,00 ha corresponde a área total das UCs (Florestas Nacionais Humaitá, Amana e Jamari) com estudos prévios e edital de concessão publicado. Continuamos acompanhando os avanços das demais áreas contabilizadas anteriormente, porém os números só serão reportados quando ocorrer a publicação de seus editais de concessão (Quadro 19)</p>
Indicadores de Resultados Intermediários						
Indicador:	Linha de base:	Valor anterior: 2022/02	Valor no período: jan a jun de 2023	Valor acumulado:	Meta prevista	Justificativa/comentários
2.1 Área de propriedades rurais apoiadas pelo projeto adotando práticas de manejo sustentável segundo critério definido	0.00	790.118,47	209.897,96	1.000.016,43	900.000 ha	O valor correspondente a área de 154 imóveis reportados como contrapartida, com Termos de Compromisso assinados para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

2.2 UCs de uso sustentável com práticas de manejo sustentável apoiadas pelo projeto segundo critério definido	0.00	973.742,75	1.606.558,98	2.580.301,73	5.000.000 ha	O valor corresponde a conclusão de oito acordos de pesca no Amazonas.
2.3 Área com práticas de manejo sustentável (indicador cooperativo)	0.00	1.765.247,2	0,00	3,581,704.14	5.928.000 ha	O número apresentado totaliza a soma dos indicadores 0.3, 2.1 e 2.2.
3.1 Propriedades rurais adotando ferramentas de planejamento do uso do solo para a gestão sustentável	0.00	14.422	8.077	22.499	27.000 propriedades	O valor corresponde a 22.499 cadastros ambientais rurais analisados finalizados pelos estados do Amazonas, Pará e Rondônia.
3.2 Mecanismos de incentivos para a redução do desmatamento e o aumento da recuperação	0.00	18	9	27	10 mecanismos	O valor corresponde a nove novos instrumentos reportados pelo Amazonas.
4.1 População local consultada sobre ações do projeto (desagregado por gênero)	0.00 Homem: 0.00, Mulher: 0.00	Homem 3.493 Mulher 1.782	Homem 1.049 Mulher 865	Homem 4.542 Mulher 2.647	Homem 2.100 Mulher 900	Dados extraídos dos formulários de monitoramento, referentes a oficinas, capacitações e reuniões apoiadas pelo projeto.

Quadro 19 - Áreas com esforços para publicação de editais não contabilizados.

Florestas	Status	Área total da UC
Flona Jatuarana	Consulta pública	580,201.00
Complexo de floresta do Rio Gregório	Pré edital lançado, a minuta de lei encontra-se na Assembleia Legislativa para deliberação	240,000.00
Flona Pau Rosa	Consulta pública	827,877.00
Gleba Castanho	Consulta pública	151,097.59
TOTAL		1.799.175,59

Fase 2

Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

Os indicadores a serem monitorados para o período são (Quadro 20): **1.3. Áreas protegidas existentes não apoiadas pelo Fundo de Transição e sob gestão aprimorada, apoiada pelo projeto (2027) e o 4.1 População local consultada sobre ações do projeto (desagregado por gênero)**, em função da realização de 6 oficinas para a criação do conselho deliberativo da RESEX Baixo Rio Branco Jauaperi – etapa caracterização do território e seus usos, entre os dias 17 e 30 de abril de 2023, envolvendo 17 (dezessete) do total de 21 (vinte e uma) comunidades.

34

Quadro 20 - Indicadores de Resultados Globais

INDICADORES DE RESULTADOS GLOBAIS		
Os ODPs devem expandir a área sob proteção legal e melhorar a gestão de Áreas Protegidas e aumentar a área sob restauração e manejo sustentável na Amazônia brasileira.		
Indicador:	Linha de base:	Meta Prevista (2027)
0.3 Área (Ha) sob recuperação apoiada pelo projeto desagregada em: i) condução de regeneração natural;	0.00	1.200 ha
Indicadores de Resultados Intermediários		
Indicador:	Linha de base:	Meta Prevista (2027)
1.3. Áreas protegidas existentes não apoiadas pelo Fundo de Transição e sob gestão aprimorada, apoiada pelo projeto	580.630,92 ha	2.373.628 ha
2.1 Área de propriedades rurais apoiadas pelo projeto adotando práticas de manejo sustentável segundo critério definido	0.00	300.000 ha
2.3 Área com práticas de manejo sustentável (indicador cooperativo)	0.00	301.200 ha
2.4. Área sob gestão (melhorada) integrada da paisagem (excluindo áreas protegidas)	0.00	11.900.000 ha
3.2 Mecanismos de incentivos para a redução do desmatamento e o aumento da recuperação	0.00	4 mecanismos
4.1 População local consultada sobre ações do projeto (desagregado por gênero)	Homems: 87 Mulheres: 46	Homems: 2.400 Mulheres: 1.600

Fonte: Elaborado por FGV

5. Descrição do Desempenho no Semestre (2023/01)

Fase 1

Componente 1 (Funbio)

No contexto do ARPA esforços estão sendo empreendidos com vistas a promover a retomada dos colegiados para que reassumam seus papéis enquanto instâncias estratégicas de governança. Também está sendo realizada uma reaproximação de caráter técnico da UCP/MMA com os órgãos gestores parceiros com o objetivo de estreitar os diálogos e buscar alternativas para o aprimoramento do ARPA e alcance de suas metas.

Destaca-se, quanto a isso, a interlocução que vem sendo realizada entre a UCP/MMA, o FUNBIO e o ICMBio (responsável pela gestão de 74 das 120 UCs atualmente apoiadas) e suas áreas técnicas para identificar os principais gargalos que se colocam para a consolidação das UCs e medidas que permitam superá-los. Dada a restrição de prazos a mesma não pôde ser realizada junto aos Estados, porém, este exercício começará a ser feito a partir do segundo semestre. Espera-se, com isso, que sejam produzidos insumos relevantes para subsidiar a melhoria de processos, orientar as tomadas de decisão e, por conseguinte, avançar no alcance de metas do Programa.

Ademais, foi elaborada uma proposta de projeto, fruto de articulação entre Funbio, ICMBio e UCP/MMA apresentada ao Fundo Amazônia, em julho de 2023, para apoio a ações de proteção e demarcação das UCs apoiadas pela ARPA, em complemento e em sinergia ao FT. Tal iniciativa estava prevista no Memorando de Entendimentos da Fase 3 do ARPA e visa atender à terceira condição de desembolso aos recursos, no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – Brasil e possibilitará o aporte de USD 10 milhões ao FT.

Componentes 2, 3 E 4 (CI-Brasil)

Componente 2

O componente 2 objetiva promover ações complementares que favoreçam a recuperação da vegetação nativa, desenvolvam sistemas produtivos sustentáveis, fortaleçam as cadeias produtivas e apoiem a consolidação de UCs de uso sustentável que não fazem parte do programa ARPA. Dentro deste componente destacaram-se, neste período, a aquisição de bens e serviços para melhoria e estruturação das cadeias produtivas, principalmente nas unidades de conservação de uso sustentável não apoiadas pelo ARPA e os instrumentos de gestão dessas áreas.

UNIDADE OPERATIVA ACRE (SEMAPI, CDSA e FUNTAC)

Prosseguimento da atividade de manutenção e produção de mudas no Viveiro da Floresta da Semapi – AC. No primeiro semestre de 2023 houve a produção de 80.537 mil mudas a fim de promover a recomposição do passivo ambiental em propriedades rurais, junto ao Programa de Regularização Ambiental no Estado do Acre – PRA/Acre. São produzidas espécies florestais e produtivas como, cacau, ingá de macaco, açaí solteiro, angelim rosa, castanha-do-Brasil e cupuaçu.



Figura 8: Produção de mudas no Viveiro da Floresta – Rio Branco-AC

Em fase de execução de contrato para elaboração dos Planos de Uso Público, ocorreu entre os dias 17 e 23 de maio de 2023 a mobilização e realização da oficina participativa de planejamento do uso público, na ARIE Japiim Pentecostes (23 de maio), APA Lago do Amapá (18 de maio) e APA Igarapé São Francisco (18 de maio) no Acre, com 87 participantes de organizações públicas dos municípios de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima, proprietários de pousadas, barqueiros, sociedade civil organizada e representantes das populações indígenas do entorno da ARIE, Universidade Federal do Acre (UFAC)- Campus Floresta e do Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Inovação (IFAC), empresários e moradores interessados. A oficina teve como objetivo a apresentação e discussão sobre os resultados obtidos no diagnóstico de campo, que ocorreu nos meses de novembro e dezembro de 2022. O próximo passo é a elaboração da versão preliminar do plano de uso público.

Em apoio à gestão de unidades de conservação, foi entregue o produto 2, referente à elaboração do plano de manejo da APA Igarapé São Francisco, contendo a base de dados com a sistematização dos estudos, trabalhos técnicos e científicos existentes para a UC e entorno e a

base de dados geográficos. Esses dados irão subsidiar as oficinas para elaboração do zoneamento da UC.

No tema de cadeias da sociobiodiversidade, está em fase de análise de propostas, o levantamento sobre cadeias produtivas ligadas aos ativos da sociobiodiversidade e elaboração de planos de negócios para o Complexo Estadual de Florestas do Rio Gregório. O estudo permitirá definir critérios para valoração dos produtos e serviços das cadeias produtivas ligadas à sociobiodiversidade, com indicação de sistema de inventário, contabilidade, monitoramento, verificação, certificação e registro. Com as bases e estudos será possível o desenvolvimento do Programa Conservação da Sociobiodiversidade do Acre (ISA Sociobiodiversidade), promovendo a conservação, e a valoração dos serviços ambientais e dos produtos e serviços atrelados à sociobiodiversidade e contribuindo, assim, para a geração de renda e melhoramento dos índices socioeconômicos no Estado do Acre.

UNIDADE OPERATIVA AMAZONAS (SEMA, IPAAM e IDAM)

Finalização da construção de oito (Rio Caures, Rio Demeni, Rio Padauri, Rio Aracá, Rio Quiuni, Rio Negro, Rio Apuaú e Rio Acajatuba), dos nove acordos de pesca do Rio Negro. Foram realizadas 3 assembleias, onde foram aprovados os oito acordos de pesca. A área de abrangência dos oito acordos é 1.606.558,98 ha. Em adição ao apoio a construção dos acordos de pesca, também está em fase de contratação, uma consultoria dedicada à elaboração de um protocolo de monitoramento dos acordos, baseado em aspectos socioeconômicos e ambientais considerando como subsídios nove acordos de pesca construídos pelo Estado do Amazonas, incluindo dentre eles cinco acordos finalizados com apoio do ASL entre 2018 e 2020.



Figura 9: Assembleia para deliberação sobre acordos de pesca no município de Barcelos - Amazonas

Capacitação e Credenciamento de 44 Agentes Ambientais Voluntários - AAV de 18 a 20 de abril de 2023, que atuarão como multiplicadores ambientais nas áreas dos Acordos de Pesca do Rio Negro, sobretudo, na sensibilização das suas comunidades para a manutenção do ordenamento pesqueiro. Além disso, os AAV atuam nas ações ambientais de proteção, educação, conservação e monitoramento da floresta e dos rios.



Figura 10: Credenciamento dos agentes ambientais voluntários – AAVs em Barcelos - Amazonas

UNIDADE OPERATIVA RONDONIA (SEDAM)

Início da atividade para realização do diagnóstico para identificar a viabilidade econômica para a construção de uma agroindústria de beneficiamento de castanha do Brasil na Resex Rio Cautário, com a realização de sete reuniões comunitárias para a elaboração do diagnóstico socioprodutivo da castanha. As reuniões aconteceram entre os dias 29 de março e 10 de abril de 2023 e tiveram a participação de 125 pessoas. Houve avanço no processo de contratação de serviços de consultoria para elaboração e revisão de Planos de Manejo das Reservas Extrativistas (RESEXs) Estaduais na Região de Machadinho D'Oeste e Vale do Anari. Na região estão localizadas 15 RESEXs, que juntas possuem uma área de aproximadamente 65 mil hectares, onde habitam em torno de 70 famílias.

A elaboração e revisão dos planos de manejo permitirá o estabelecimento de diretrizes mais claras para ações de ordenamento territorial, conservação e uso sustentável dos recursos naturais,

promovendo a harmonização dos interesses de diversos atores presentes nas Resexs da região de Machadinho D'Oeste e Vale do Anari. Os planos são fundamentais para a gestão integrada dessas UCs uma vez que reúne, por meio de diagnósticos socioambientais e econômicos, informações detalhadas sobre a biodiversidade local, os ecossistemas, os recursos naturais e as atividades humanas desenvolvidas na área.

UNIDADE OPERATIVA ICMBIO

Realização de duas capacitações do curso de parobotânico, de 26 de janeiro a 12 de fevereiro de 2023 na Estação Ecológica do Jari - PA, e de 12 a 25 de abril de 2023 na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema – AC. Os cursos foram realizados nas Unidade de Conservação administradas pelo ICMBio e têm contribuído para a formação científica dos envolvidos, valorizando o contexto local como prática pedagógica, com aulas teóricas e práticas, nos temas de biologia e identificação de espécies; biodiversidade e floresta Amazônica; técnicas de coleta e armazenamento de sementes e material botânico. Na segunda e terceira turmas foram capacitadas 25 pessoas em cada turma, provenientes de comunidades e de instituições parceiras das unidades de conservação.



Figura 11: Formação da segunda turma de parobotânico na Estação Ecológica do Jari-PA

Está em execução a elaboração do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Alto Juruá com a entrega do plano de trabalho que norteará as atividades a serem desenvolvidas, contendo as diretrizes, metodologias para a condução do trabalho. Este produto serve para o ICMBio acompanhar de forma eficiente a gestão e o planejamento das atividades relacionadas ao plano de manejo.

Outra atividade prevista para a Resex Alto Juruá, que está em fase de análise para contratação é o serviço para implantação participativa de sistemas agroflorestais em 140 hectares de áreas alteradas, essa contratação vai contribuir para o fortalecimento da segurança alimentar das famílias envolvidas e para geração de renda em bases ambientalmente sustentáveis, prevê assistência técnica, instalação de viveiro comunitário, capacitação, instalação de equipamentos e fornecimento de insumos. Essa atividade beneficiará aproximadamente 120 famílias da Resex.

Foi entregue o relatório final com as informações que irão subsidiar a elaboração do plano de manejo da área de Proteção ambiental – APA Tapajós, relatando as principais informações obtidas da literatura e nas reuniões comunitárias e setoriais realizadas, em diversos temas como: meio físico, biótico e social; questões fundiárias, inclusive conflito da unidade e o setor de mineração, tendo como indicativo que a elaboração do plano de manejo e a renovação do conselho gestor podem ser um passo na direção de ordenar as políticas públicas para esse território, considerando as características da região, o uso dos recursos naturais de forma sustentável e o desenvolvimento das populações residente.

Reserva Extrativista Chico Mendes - a atividade de Implantação participativa de 102 (cento e dois) hectares de sistemas agroflorestais avançou com a entrega do produto 3 (Relatório de construção dos viveiros florestais comunitários, e elaboração participativa), contendo o registro fotográfico, descritivo e de custos da construção dos viveiros comunitários, o relato das oficinas participativas, a ficha de identificação dos potenciais beneficiários, os critérios para a seleção dos beneficiários e a proposta de implantação dos sistemas agroflorestais. Os viveiros de mudas florestais estão em processo de construção, em comunidades no interior da Resex Chico Mendes nos municípios de Brasília (comunidade Palmeiras, Seringal Guanabara e sede do ICMBio em Brasília), Epitaciolândia (comunidade Porongaba e Seringal Porongaba) e Xapuri (comunidade Rio Branco e Seringal) e terão capacidade para produção de 15.000 mudas/ano de espécies frutíferas e florestais. O ICMBio realizou a vistoria e não encontrou óbice para execução das obras necessárias para instalação e implementação dos viveiros, a captação de água será realizada através de bombas instaladas em mananciais próximos aos viveiros com distância de 150 metros e em locais diferentes dos locais de consumo de água do morador.



Figura 12: Construção dos viveiros florestais comunitários na Comunidade de Rio Branco - Xapuri

Em análise das propostas a atividade para organizar e refinar o banco de áreas em unidades de conservação federais para ações de restauração por terceiros, em projetos de reposição florestal e similares. Essa atividade visa aprimorar o sistema de informações geográficas - SIG que organiza espacialmente os dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio sobre áreas degradadas em unidades de conservação federais.

Componente 3

O componente 3 visa fortalecer a capacidade dos governos nacional e subnacionais para desenvolver e implementar políticas setoriais e mecanismos financeiros para reduzir o desflorestamento e promover a recuperação florestal.

UNIDADE OPERATIVA AMAZONAS (SEMA, IPAAM e IDAM)

Início da atividade que tem como meta a “Recuperação de 50 hectares de áreas degradadas, capacitar técnicos e agricultores visando a implementação do PRA no Amazonas”, com a aquisição de insumos para o plantio e a realização de palestras de orientação a respeito das atividades necessárias para a regularização ambiental e orientação técnica especializada para o plantio de espécies florestais e frutíferas.



Figura 13: Entrega de insumos e realização de palestras para sensibilização e diagnóstico de novas áreas de plantio.

Em continuidade as ações de retificações do CAR, foram realizados dois mutirões de retificação nos municípios de Manicoré -Santo Antônio de Matupi (20 a 24 de abril) e Apuí (24 a 28 de abril), onde foram retificados 69 cadastros de imóveis rurais. Esses mutirões têm a finalidade de diminuir o tempo de resposta às retificações (correções de informações nos cadastros) para aqueles cadastros que já foram analisados e os produtores foram notificados, mas que não responderam ao órgão licenciador e, também, não corrigiram as informações solicitadas no SICAR.

No apoio à regularização ambiental e o fortalecimento institucional, a aquisição de equipamentos de informática para dar suporte às análises de CAR nos 07 municípios do sul do AM. A aquisição irá aumentar a força de trabalho possibilitando o aumento do número de análises realizadas.

Ainda em apoio a regularização ambiental, a análise de mais três lotes de cadastros ambientais rurais, totalizando 1.490 imóveis rurais analisados no sul do estado do Amazonas.

Em parceria com o Idam, foi elaborado o plano de manejo florestal sustentável em pequena escala - PMFSPE para exploração de 400 hectares de área manejada na Resex Canutama. O plano foi protocolado no Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) com solicitação de licença ambiental. O plano tem 388,80 hectares de área de efetivo manejo florestal, com estimativa de 333,93 metros cúbicos a serem explorados quando licenciado e irá beneficiar nove famílias. Essa atividade faz parte da meta de exploração de 2.100 hectares de área manejada.

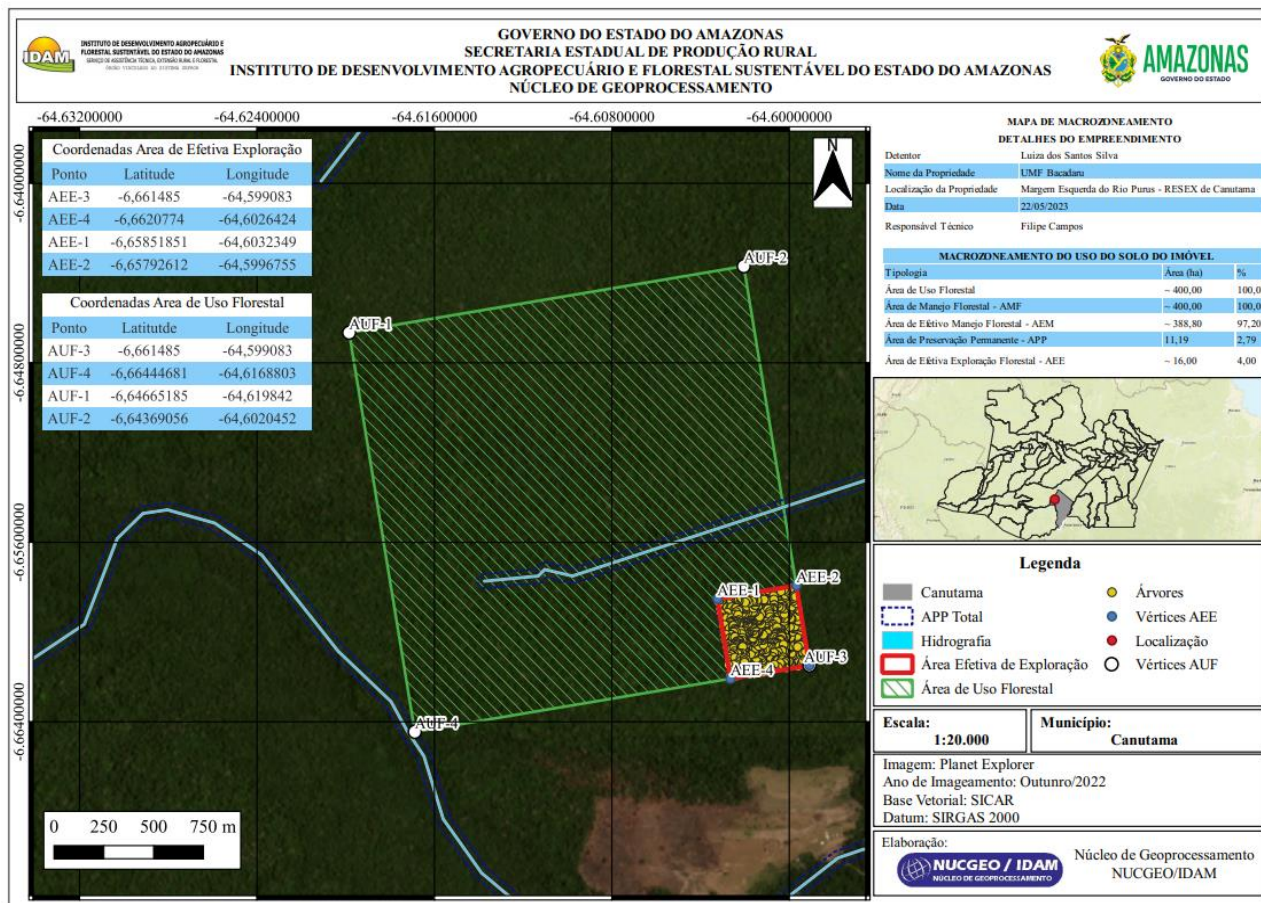


Figura 14: Mapa de macrozoneamento detalhes do plano de manejo

Conduzidas pela Sema, foram realizadas Campanhas Educativas de Sensibilização ao Combate as Queimadas entre os dias 02 e 09 de maio no município de Apuí, que configura entre os três municípios com maior número de focos de queimadas no estado do Amazonas. Essa atividade compõe uma das ações do estado ao combate do desmatamento, que se iniciam no mês de abril antes do período de estiagem. Participaram nas campanhas 1.241 pessoas provenientes de polos educacionais, secretarias e público em geral que compareceram à palestra realizada na sede da Sema no município.



Figura 15: Realização de campanhas de combate a queimadas em Apuí

No tema concessão florestal, estão em execução, por meio de consultoria especializada, à realização do inventário florestal amostral da área de 120,593,97 ha na Floresta Estadual de Maués e o estudo fundiário em cinco glebas estaduais. Na contratação do inventário amostral, houve a entrega do Produto 3, relatório preliminar de inventário florestal para subsidiar o processo de concessão florestal desta Unidade.

UNIDADE OPERATIVA ACRE (SEMAPI, CDSA e FUNTAC)

Em apoio ao processo de regularização ambiental, está em fase de análise de propostas, a contratação de serviços técnicos para retificação e análise do cadastro ambiental rural (CAR) para elaboração de Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) e Termos de Compromisso Ambiental (TCAs), no âmbito do programa de regularização ambiental – PRA – ACRE.

UNIDADE OPERATIVA PARÁ (SEMAS e IDEFLORBIO)

Em apoio a regularização ambiental a entrega do relatório final das análises dos cadastros ambientais rurais. A contratação finaliza com 3.500 cadastros analisados e 3.621 análises realizadas, perfazendo um total 1.339.632 ha analisados no estado do Pará. As análises contemplaram os municípios de Altamira e São Felix do Xingu. Dos 3.500 cadastros analisados, 3.430 (98%) ainda estão com a condição de analisados com pendências, aguardando retificação e/ou apresentação de documentos (Figura 16).

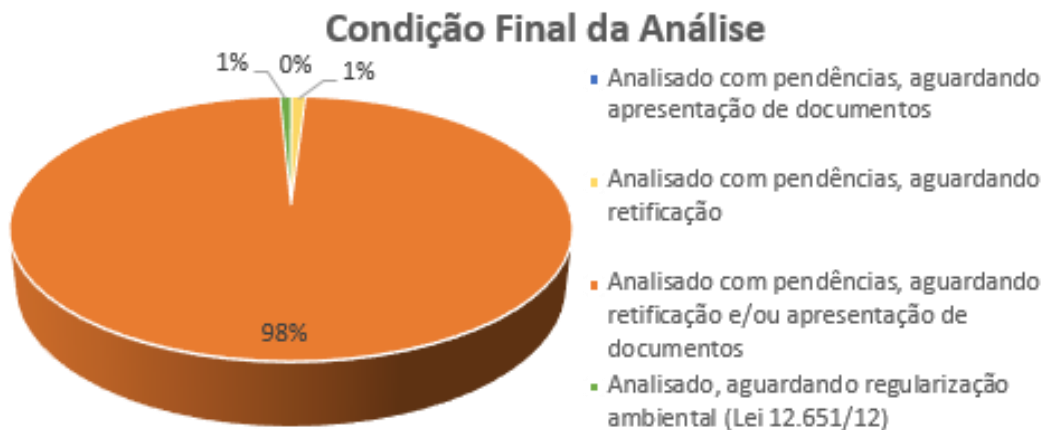


Figura 16: Condição final do cadastro após as análises

UNIDADE OPERATIVA RONDÔNIA (SEDAM)

No tema análise do CAR, houve avanço com a entrega de dois novos lotes de análises, totalizando 20.000 análises realizadas.

UNIDADE OPERATIVA SFB

No semestre a que se refere este relatório, teve a finalização do serviço técnico de geoprocessamento e sensoriamento remoto, que subsidiará a elaboração dos editais das Flonas de Jatuarana-AM, Pau-Rosa-AM, Balata-Tufari-AM, Iquiri-AM e Gleba Castanho.

Finalização da análise de dados provenientes do monitoramento de áreas sob concessão florestal federal utilizando LIDAR "Light Detection and Ranging", produção de um manual de orientação técnica e capacitação de 40 horas para os técnicos do SFB. Como produto final tem-se o manual técnico com descrição da metodologia do SFB para avaliação de danos à floresta manejada utilizando dados LIDAR e também foi realizado um treinamento para os técnicos indicados pelo SFB. O treinamento foi realizado de forma virtual e participaram da capacitação 9 servidores do Serviço Florestal Brasileiro.

A realização de estruturação de concessões florestais para prática do manejo florestal e silvicultura em áreas degradadas avança com a entrega do produto 2, que teve como principal objetivo realizar um diagnóstico dos sistemas silviculturais produtivos, dos produtos madeireiros e dos produtos não madeireiros com potencial para serem utilizados na concessão para reflorestamento na Flona Nacional do Bom Futuro e Gleba João Bento, no município de Lábrea-AM.

Componente 4

O MMA, Unidade de Coordenação do Projeto, passou por uma fase de reestruturação interna de estrutura e equipe durante o primeiro semestre de 2023 em razão da transição governamental. Nesse sentido, foram priorizadas reuniões de supervisão com a equipe da CI (presenciais e remotas) para apresentação da nova equipe e das novas abordagens da atual gestão do MMA.

Além disso, foi realizada a Missão de Supervisão ASL Brasil em abril de 2023 com a participação das equipes da UCP, das UEPs e do Banco Mundial – durante a qual foram realizados alinhamentos técnico-gerenciais em relação ao projeto e apresentada a proposta de abordagem estratégica da nova gestão do MMA.

Fase 2

Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

A presente seção oferece uma análise abrangente do Desempenho durante o primeiro semestre de 2023 do Projeto ASL, no contexto de sua segunda fase. Aqui, examinaremos em detalhes os marcos alcançados, as metas cumpridas e as tendências que emergiram, proporcionando uma visão profunda do progresso e dos desafios enfrentados até o momento. Essa avaliação crítica fornecerá uma base sólida para entender a trajetória do projeto, sua eficácia e os direcionamentos futuros.

COMPONENTE 2

O componente 2 promove ações complementares que (i) favoreçam a recuperação da vegetação nativa; (ii) desenvolvam sistemas produtivos sustentáveis; (iii) fortaleçam as cadeias produtivas; e (iv) apoiem a consolidação de UCs de uso sustentável que não fazem parte do programa ARPA. Dentro deste componente destacaram-se, neste período, a aquisição de bens e serviços necessários para a viabilização de reuniões e oficinas visando a melhoria e estruturação das cadeias produtivas, principalmente nas unidades de conservação de uso sustentável não apoiadas pelo ARPA, bem como a implementação de instrumentos de gestão nessas áreas.

RESEX BAIXO RIO BRANCO JAUAPERI (MMA/ICMbio)

REUNIÕES PREPARATÓRIAS PARA A CRIAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

ETAPA

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E SEUS USOS

A Reserva Extrativista (RESEX) Baixo Rio Branco Jauaperi, situada nos municípios de Rorainópolis, em Roraima, e Novo Airão, no Amazonas, foi criada pelo Decreto N° 9.401 em 5 de junho de 2018.

No que se refere às populações tradicionais residentes nessa unidade, elas estão distribuídas pelos dois estados da seguinte forma: (i) em Rorainópolis/RR, há 12 comunidades inseridas na RESEX e 02 em áreas limítrofes; e (ii) no município de Novo Airão estão estabelecidas 09 comunidades. Estima-se que nas precitadas comunidades habitem 300 famílias, aproximadamente.

Destaca-se que a criação da RESEX desempenhou um papel significativo ao alinhar-se às metas institucionais do Programa ARPA. Essa Reserva, que ocupa uma vasta área de 580.630,92 hectares, contribui na relação social com o fortalecimento do uso compartilhado do recurso natural, proteção e preservação da Terra Indígena Waimiri-Atroari, em razão de sua proximidade geográfica as comunidades Xipirimã e Marral, único meio de acesso a Resex. Notavelmente, não há sobreposição territorial entre ambas, consolidando um esforço conjunto de conservação de recursos naturais e comunidades tradicionais.

O Conselho Deliberativo da RESEX desempenhará um papel fundamental como a plataforma oficial para as comunidades buscarem soluções, selecionarem ações e implementarem projetos de desenvolvimento no território da reserva. Além disso, ele dará origem a um Grupo de Acompanhamento, encarregado de iniciar o Cadastro das Famílias e a elaboração do Perfil das Famílias Beneficiárias da RESEX. Ademais, um Grupo de Trabalho será constituído para monitorar o processo de criação do Plano de Manejo da unidade.

Dentro da abrangente área da RESEX Baixo Rio Branco Jauaperi, estão estabelecidas cerca de 23 comunidades e localidades, compreendendo desde a foz do Baixo Rio Branco até a foz do Jauaperi e o interior do rio Jauaperi, estendendo-se até os limites com a Terra Indígena na comunidade de Marral. Estas comunidades abrigam, como já dito, aproximadamente 300 famílias. O grau de estruturação e participação política dos diversos estratos sociais, bem como o processo de organização social, têm sido constantemente reconhecidos como elementos que impactam positivamente na gestão ambiental. A organização proporciona um espaço propício para debates e formulação de diretrizes voltadas para a criação de um plano de desenvolvimento sustentável, de natureza local ou regional, pautado na inclusão social, preservação e conservação dos recursos naturais, além de abordar os desafios enfrentados pela comunidade.

No entanto, é importante ressaltar que a tessitura social na RESEX apresenta fragilidades e desconexões, que são remanescentes do contínuo processo de luta pela garantia territorial. Esse processo resultou em uma ocupação recente por grupos com distintas lógicas e perspectivas. Os conflitos sociais decorrentes dos impactos socioeconômicos provocados por empreendimentos ligados ao turismo e à pesca esportiva agravam as lacunas na infraestrutura e nos serviços públicos. Esses fatores desfavorecem o fortalecimento e a coesão dos diversos segmentos que constituem o tecido social local.

Ainda na Resex Baixo Rio Branco Jauaperi, despontam diversas organizações sociais, com objetivos distintos, a saber: (i) a AARJ - Associação de Artesãos e Extrativistas do Rio Jauaperi, (ii) a CoopXixuaú - Cooperativa Mista do Xixuaú, e (iii) a Ecojauaperi, que foi estabelecida em 2021, com o propósito de prover suporte aos grupos envolvidos na pesca esportiva.

O Plano Político-Pedagógico (SEI 9918362), desenvolvido com base nas diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa (IN) nº 11, datada de 08 de junho de 2010, bem como na IN nº 09/2014, desempenhará um papel central na orientação para a formação do Conselho Deliberativo da RESEX Baixo Rio Branco Jauaperi. No contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), criada pela Lei Nº 9.985/2000, um desafio crucial é a efetivação do controle e da participação da sociedade civil no processo de planejamento e apoio à gestão das unidades de conservação (UC).

Nesse contexto, o SNUC assume o papel de direcionador, ao guiar a formação de conselhos, garantindo assim a ativa e eficaz participação tanto do poder público quanto da sociedade civil na administração das UCs. O conselho gestor se configura como um espaço fundamental de articulação e discussão voltado para o funcionamento das unidades, sendo parte integrante da estrutura gerencial. Sua composição deve ser diversificada, incorporando parceiros que contribuam para a sua consolidação.

O enfoque político-pedagógico, portanto, orienta não apenas a constituição e estruturação do Conselho Gestor da RESEX, mas também busca ir além do âmbito puramente gerencial, visando instaurar um processo educacional ambiental e uma gestão autenticamente participativa. O plano prevê a sensibilização das instituições e das comunidades pertencentes à RESEX por meio de atividades inicialmente expositivas, cujo objetivo é incutir a compreensão da importância da participação social nos Conselhos das áreas legalmente protegidas, com destaque para a RESEX.

A expectativa é que essa compreensão seja internalizada ao longo de um processo contínuo e participativo de educação ambiental, que tem seu marco inicial na criação do Conselho Deliberativo e se estende como colaborador ativo para a promoção de ações externas. O propósito subjacente é o estreitamento dos laços colaborativos entre o ICMBio e as comunidades integrantes da RESEX, visando assim um trabalho conjunto mais sinérgico e eficaz em prol da conservação e do bem-estar das áreas protegidas.

A Iniciativa de constituição do Conselho Deliberativo da RESEX Baixo Rio Branco Jauaperi data de 2020, no auge da pandemia global de COVID-19. As circunstâncias, infelizmente, impediram que a equipe da NGI Novo Airão iniciasse de imediato as atividades presenciais conforme estabelecido na Instrução Normativa (IN) 09/14. No entanto, no âmbito do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Novo Airão, um grupo de trabalho foi constituído, agrega a administração, além de contar com o apoio ativo de Brigadistas, Analistas e outros profissionais.

CRONOGRAMA DE REUNIÕES/OFICINAS

DATA DE REALIZAÇÃO	LOCAL	COMUNIDADES CONVIDADAS
18 e 19/04/2023	REMANSO	Remanso, Dona Cota e Floresta
20 e 21/04/2023	SÃO FRANCISCO DO AIUDÁ	São Francisco do Aiudá e Deus Me Deu
22 e 23/04/2023	TANAUAUÍ	Tanauauí, Maracacá e Iuima
24 e 25/04/2023	BELA VISTA	Bela Vista e Palestina
26 e 27/04/2023	ITAQUERA	Itaquera, Gaspar e São Pedro
28 e 29/04/2023	XIXUAÚ	Xixuaú, Xiparinã, Samauma e Marral

OFICINA 1



Figura 17: Comunidades: Remanso, Dona Cota e Floresta

Fonte: Fornecido por Leila/NGI Novo Airão, adaptado por FGV

OFICINA 2



Figura 18: São Francisco do Aiudá e Deus Me Deu
Fonte: Fornecido por Leila//NGI Novo Airão, adaptado por FGV

OFICINA 3



Figura 19: Tanauaú, Maracacá e Iuima
Fonte: Fornecido por Leila//NGI Novo Airão, adaptado por FGV

OFICINA 4



Figura 20: Bela Vista e Palestina
Fonte: Fornecido por Leila//NGI Novo Airão, adaptado por FGV

OFICINA 5



Figura 21: Itaquera, Gaspar e São Pedro

Fonte: Fornecido por Leila//NGI Novo Airão, adaptado por FGV

OFICINA 6



Figura 22: Xixuaú, Xiparinã, Samauma e Marral

Fonte: Fornecido por Leila//NGI Novo Airão, adaptado por FGV

A presente atividade abordou a caracterização do território e seus diversos usos, bem como a elaboração de um mapa interativo que facilite a interligação com instituições e organizações locais, em busca da formação do Conselho Gestor. Para concluir essa etapa, será realizada a identificação e análise dos atores presentes na área da RESEX, através de visitas *in loco* e encontros técnicos conduzidos pela equipe de planejamento do NGI de Novo Airão.

O trabalho já foi iniciado com a realização de visitas informativas nas comunidades, onde os passos subsequentes foram explicados, seguido da realização de seis oficinas e reuniões nos municípios de Rorainópolis-RR e Novo Airão-AM. Em prosseguimento, estão planejadas visitas e reuniões com os atores institucionais em ambos os municípios (Rorainópolis e Novo Airão), a fim de fornecer orientações preliminares e dar início ao processo de identificação e seleção dos representantes das

organizações governamentais, associações, órgãos e entidades da sociedade civil para a primeira reunião de capacitação voltada à criação do Conselho.

Este procedimento antecede a consolidação efetiva do Conselho, como preconizado na Instrução Normativa (IN) 09/14, e representa um marco significativo no fortalecimento da participação e na gestão compartilhada das áreas protegidas.

O papel do ASL neste processo é melhorar a eficácia das Áreas Protegidas não pertencentes ao ARPA com o estabelecimento e operacionalização de abordagens de gestão de Áreas Protegidas com o apoio a realização de estudos diagnósticos e promover uma participação de gênero mais equitativa na governança e gestão de Áreas Protegidas.

6. Sustentabilidade das ações do projeto

O projeto ASL 1 traz como abordagem três principais aspectos que norteiam a sua estrutura:

- O desenho do Projeto, que atribui direcionamento das ações vindas das unidades operativas e parceiros em nível estadual e federal, que decidem, junto com o MMA, baseados nos objetivos e metas do projeto, o rumo do planejamento para cada ciclo (anual ou bianual) de execução e das políticas a serem implementadas nos seus territórios.
- A abordagem territorial, que é o recorte espacial de atuação nas áreas onde as ações são implementadas, principalmente aquelas relacionadas a: (a) proximidade/sobreposição com eixos principais de desenvolvimento (as rodovias: BR-163, BR-230 e BR-364); (b) áreas com mosaicos de unidades de conservação de uso sustentável; (c) áreas de maior pressão de desmatamento; e (d) complementaridade com outros projetos e em diferentes categorias fundiárias: unidades de conservação de uso sustentável, imóveis rurais de produtores da agricultura familiar e áreas de entorno de unidades de conservação.
- A convergência das políticas públicas ambientais nos níveis federal e estadual principalmente para a conservação da biodiversidade, por meio das áreas protegidas; fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade; recuperação e restauração da paisagem e regularização ambiental.

No tema restauração florestal tem sido observado maior adesão da Unidade Operativa ICMBio na dedicação de esforços para a definição de áreas prioritárias para restauração em escala condizente com o tamanho das metas do Projeto. A maior capacidade de mobilização dos gestores e fornecimento de dados relevantes quanto ao potencial de áreas para restauração permite considerar que dentro dos prazos de execução do projeto e recursos financeiros disponíveis para o alcance das metas relacionadas ao tema é bastante provável que as ações planejadas e em execução tenham maior efetividade em Unidades de Conservação federais.

No contexto das Unidades Operativas estaduais é possível observar que existem pelo menos três grandes contextos que demandam estratégias diferenciadas para buscar contribuições com o alcance das metas correspondentes. Estes três contextos seriam: I. A restauração ainda não é tida como prioridade alinhada com os prazos e capacidades de apoio do projeto ASL: caso da Unidade Operativa Amazonas; II. A restauração é tida como oportunidade, porém a fase ainda é de preparação para a implementação de ações apoiadas pelo ASL: Unidades Operativas do Pará e Rondônia e III. A restauração é apoiada pelo ASL, mas enfrenta dificuldades operacionais para a entrega efetiva de resultado: caso da Unidade Operativa do Acre.

Em todos os três contextos mencionados, a abordagem estratégica do tema da restauração carece de maior alinhamento com os níveis de tomada de decisão para que os Estados possam internalizar a importância do assunto e a oportunidade de apoio apresentada pelo ASL seja de fato considerada.

Quanto ao apoio ao tema de planejamento do uso do solo por meio da regularização ambiental de propriedades/posses rurais é possível observar grande disparidade entre a performance das Unidades Operativas quanto a contribuição efetiva com a meta do indicador 3.1 a partir do apoio viabilizado por meio do Projeto. Essa disparidade é provavelmente resultado das diferenças nas formas de gestão e prioridade política atribuída ao assunto em cada Estado, além de outros fatores que merecem ser analisados. Nesse contexto, o Projeto encontra-se em fase avançada e próximo da finalização de importantes contratos que apoiaram os esforços e análise do CAR nas Unidades Operativas do Amazonas, Pará e Rondônia, além disso, o Projeto também tem apoiado as ações de retificação desses cadastros. Vale também mencionar que a Unidade Operativa do Acre possui processo em fase de tramitação para contratação de serviço de apoio a análise e retificação do CAR. Nesse sentido, dados relevantes sobre a capacidade de resposta e a efetividade de diferentes abordagens configuram um cenário de grande oportunidade de intercâmbio e avaliação estratégica sobre monitoramento e perspectivas no escopo das ações apoiadas pelo Projeto e ainda há espaço e necessidade de articulação partindo do MMA com as UOs nessa temática para que os Estados possam avançar de maneira coordenada.

Ressalta-se, entretanto, que o Estado do Pará vem promovendo a iniciativa de realizar o planejamento para restauração de 5,4 milhões de hectares no que está sendo chamado de Planveg. O [PlanVeg](#) é um instrumento do Programa Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa com o objetivo de articular, integrar e promover projetos e ações indutoras da recuperação das florestas e demais tipos de vegetação nativa, contribuindo para a redução de emissões líquidas, por meio do sequestro de Gases de Efeito Estufa (GEE) e está sendo elaborado e supervisionado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas). Essa iniciativa pode trazer bons resultados para a recuperação não somente no Pará, mas pode ser um indutor para os demais estados promoverem iniciativas parecidas e estabelecerem metas estratégicas para a restauração e que, poderia nos moldes dos Planos de Combate ao Desmatamento, tornar-se um mecanismo para implementação de políticas públicas para restauração nos estados.

Ainda no Pará, os avanços têm acontecido na regularização ambiental de territórios de comunidades e povos tradicionais, de áreas de assentamentos estaduais extrativistas e de terras quilombolas em parceria com Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - Emater.

No tema concessões florestais, a Unidade Operativa SFB é a maior referência no assunto e embora sua equipe técnica tenha se mostrado aberta e prontamente disponível para contribuição e de fato esteja apoiando a Unidade Operativa do Amazonas que tem como parte do escopo do ASL a preparação dos estudos e processo do primeiro edital de concessão florestal do Estado, pode-se observar que não se estabeleceu até o momento um ambiente de cooperação efetiva entre as UOs, seja por dificuldade das próprias UOs estarem receptivas mas também pelo subaproveitamento das oportunidades de encontro entre as partes que compõem o ASL para abordagem de temas estratégicos para além do planejamento do POA individualizado por UO. Por fim, também nessa temática configura-se outra grande oportunidade de intercâmbio, disseminação e avaliação estratégica das contribuições e aprendizados gerados a partir de atividades apoiadas pelo ASL nessa temática.

Em relação à agenda das áreas protegidas, destaca-se quanto a consolidação das UCs apoiadas, que uma análise mais detalhada da evolução de cenários entre os Marcos Referenciais do Programa mostra que, apesar de não terem sido suficientes para o alcance da meta, os esforços empreendidos melhoraram os resultados das UCs de maneira geral. Destaca-se o incremento considerável de equipe do ICMBio nos dois últimos anos. Atualmente, mais de 70% das UCs em Grau II e quase 100% de UCs Grau I possuem equipe mínima, segundo metas da FAUC.

No entanto, alguns marcos referenciais apresentam maiores desafios de consolidação. É o caso sobretudo para marcos e metas em Grau II que incluem Demarcação, Pesquisa, Sinalização, Instrumentos de Uso (CCDRU, Termos etc.), Proteção e Instalações. Nesse sentido, será inevitável reajustar o plano de consolidação para alguns dos marcos mais desafiadores. Deverá se considerar até mesmo o contexto dos OGs e UCs para algumas metas que não poderão ser alcançadas independentemente da existência ou não de recursos suficientes para a consolidação.

O ARPA chegou aos 20 anos no último biênio e é referência em programas e projetos de conservação de florestas tropicais. Para manter sua excelência, deve haver espaços para implementação contínua de melhorias e inovações. A revisão da base de custos do Programa no biênio atual foi um passo a mais nesse sentido. As modalidades de gestão integrada também foram apoiadas em maior número no biênio com o objetivo de fomentar a maior efetividade de gestão com base em um modelo proposto pelo ICMBio.

Contudo, diversos desafios ainda permeiam o Programa ARPA e devem ser objeto de ação por todas as instâncias envolvidas. É o caso dos marcos referenciais, sobretudo em Grau II, com evolução lenta. Há ainda diversos desafios a serem enfrentados pelas UCs e OGs entre os quais a pressão por desmatamento, que aumentou significativamente nas UCs ARPA e Amazônia Legal

nos últimos anos. Também, a sustentabilidade financeira, que permitirá aos OGs cumprir com as contrapartidas até 2039, e o estímulo a atividades extrativistas e de bioeconomia, a fim de permitir novas possibilidades às populações amazônicas, são estratégias urgentes que podem mudar a percepção da sociedade em relação as áreas protegidas como sendo um benefício social e econômico e não um custo ou entrave ao desenvolvimento.

Além disso, temas como comunicação, apresentação de resultados do ARPA ao público em geral, comunidade científica, populações e comunidades, a divulgação de boas práticas de gestão, a apresentação dos resultados do monitoramento da biodiversidade, o levantamento dos serviços socioambientais prestados, a produção de indicadores socioambientais e econômicos de monitoramento contínuo, o estímulo a um projeto que gere informação técnica e científica das UCs, entre outros temas são pontos ainda pouco desenvolvidos pelo ARPA, que certamente levarão o Programa a um novo patamar de ação.

7. Fatores Críticos que Afetaram o Desempenho do Projeto

Fase 1

Componente 1 (Funbio)

Em uma perspectiva mais ampla enfatiza-se a mudança de gestão governamental que imprimiu desafios no primeiro semestre de 2023 tendo em vista o período de transição e as mudanças em termos de quadros de servidores, prioridades e formas de operacionalização de programas e projetos. A retomada de agendas e de iniciativas represadas, aliada à mudança dos padrões de fluxo e cultura institucional exigiu um período de adaptação que dificultou a consecução de algumas atividades.

Componentes 2, 3 E 4 (CI-Brasil)

No primeiro semestre de 2023, foram iniciados processos importantes para a execução do projeto:

- a. Prorrogação do Projeto: o pedido para prorrogação do projeto em 23 meses foi apresentado ao Banco Mundial em junho de 2023. A previsão é que essa prorrogação seja formalizada no segundo semestre de 2023. A oficialização da prorrogação é especialmente importante para permitir que sejam realizadas novas contratações cujo prazo de execução ultrapasse o prazo atual de vigência do projeto, qual seja: 30/04/2024. Contudo, o maior desafio do projeto continua sendo a elaboração dos termos de referência para realização dessas contratações; uma vez que a maior parte dos recursos financeiros do projeto segue associado a recursos processos de elaboração/revisão de termos de referência.

b. Acordos de Cooperação Técnica: foi iniciado o processo para celebração de novos ACTs com as Unidades Operativas em razão do encerramento dos ACTs celebrados em 2018 e com encerramento previsto para 30/04/2023. Contudo, não foi possível concluir a celebração de novos ACTs em razão de dificuldades e atrasos na elaboração, revisão e validação das minutas. Com o encerramento da vigência dos ACTs celebrados em 2018 e com o atraso na celebração dos ACTs em 2023, a CI encaminhou um comunicado em maio 2023 informando que:

- foram paralisadas: i) a emissão de passagens e diárias; e, ii) os adiantamentos para aquisição de insumos para atividades de campo, tais como: combustível, alimentação, material de consumo, dentre outros;
- seguem o fluxo normal: i) o pagamento de reembolsos de prestação de contas de viagens; ii) o pagamento de produtos e serviços já contratados e em andamento; iii) o recebimento de TdRs e ETs para análise, revisão até a publicação; iv) a análise de produtos e serviços, bem como o pagamento de aquisição de bens; e, v) a assinatura de contratação de consultorias e serviços solicitados pela UO até abril de 2024.

Fase 2

Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

Alguns processos ainda impactam o andamento da execução do Projeto, tais como:

- Novo governo: embora a equipe da UCP esteja empossada (nova coordenação e corpo técnico) e uma missão de supervisão intermediária tenha sido realizada, é aguardada uma reunião de revisão e alinhamento da Fase 2, para avançar com as aprovações e submeter os termos de referência elaborados na gestão anterior para a contratação dos seguintes serviços de consultoria.

8. Riscos e Oportunidades que Podem Afetar o Desempenho do Projeto

Fase 1

Componente 1 (Funbio)

- a. Risco: A mudança de governos federal e estaduais e alterações em níveis de estrutura e equipe dos órgãos ambientais pode afetar o desempenho do projeto, sobretudo na fase de transição.
 - o Oportunidade: Pode representar o advento de oportunidades tendo em vista a possibilidade de priorizações da nova gestão e de se realizar ajustes e aprimorar a operacionalização do Programa ARPA em consonância com outras políticas públicas com a qual dialoga;

- b. Risco: Atualmente o prazo de consolidação para todas as UCs apoiadas pelo Programa ARPA (à exceção das que aderiram após 2018) é 2026, contudo, como demonstrado, apesar da tendência de avanço, se verifica muitas dificuldades no avanço em alguns Marcos Referenciais, sobretudo para as UCs Grau II.
 - o Oportunidade: Como as oficinas de planejamento (bienais) serão realizadas no segundo semestre de 2023 considera-se que o ano corrente é chave para que se realizem discussões estratégicas quanto às perspectivas de consolidação das UCs a fim de que seja possível adotar medidas oportunas para impulsioná-la.

- c. Risco: Eventual delonga na aprovação do projeto submetido ao Fundo Amazônia, em atendimento a 3ª Condição de Desembolso do Projeto Paisagens, pode levar à necessidade de prorrogação do contrato junto ao Funbio, tendo em vista o prazo de conclusão dessa fase 1 do projeto, previsto para abril de 2024.
 - o Oportunidade: O acesso a novos recursos para o Fundo de Transição e para ações complementares ao Programa ARPA, tais como o projeto submetido ao Fundo Amazônia e a possibilidade de desenvolvimento de um novo projeto para apoio às comunidades das RESEX e RDS apoiadas pelo ARPA é uma grande oportunidade para avanço na sustentabilidade das ações do projeto, assim como para fortalecer a gestão socioambiental das áreas protegidas amazônicas.

Componentes 2, 3 E 4 (CI-Brasil)

- a. Risco: Demora na celebração de novos Acordos de Cooperação e na extensão de prazo do projeto atrasam a implementação do projeto
 - o Oportunidade: reforçar o diálogo com os Estados para a implementação das políticas para a sustentabilidade que estão na agenda do Ministério e que tem sido foco do discurso e dos compromissos internos e externos assumidos pelo Brasil

- b. Risco: Atraso na implementação das políticas de regularização ambiental e restauração nos estados
 - o Oportunidade: Novos alinhamentos entre UCP, UEPs e UOs pode contribuir para o engajamento dos estados para a implementação das ações de regularização ambiental e restauração com novas iniciativas à modelo que vem fazendo o Estado do Pará, como regularização ambiental de terras de remanescentes de quilombos; simplificação das ações de regularização ambiental de pequenos produtores e elaboração de um plano de recuperação da vegetação nativa (PRVN) com discussão e consulta ampla com diferentes públicos e com meta ambiciosa de recuperar em torno de 5 milhões de hectares de áreas alteradas e degradadas .

- c. Risco: Atraso na elaboração de TdRs/ETs
 - o Oportunidade: fortalecimento técnico de equipes e atores diretamente envolvidos com a elaboração dos TdRs e ETs.

- d. Risco: Atraso nos processos que estão em fase de contratação, pois as empresas/instituições podem não demonstrar interesse em manter suas propostas financeiras em função do tempo decorrido entre a comunicação da escolha do vencedor do certame e a assinatura de contratos
 - o A assinatura dos contratos eleva o nível de execução técnica a outro patamar do projeto, pois além de contribuir com indicadores que precisam serem atingidos, eleva o valor financeiro contratado, o que diminui o saldo do projeto para os próximos planejamentos operacionais, considerando o prazo de execução até abril de 2026, o foco será em atividade que gerem resultados nos indicadores.

Fase 2

Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

- o Risco: Atividades de responsabilidade do MMA que ainda estão pendentes. No que diz respeito ao POA 1, quando atua como UO MMA, persistem atrasos na liberação dos Termos de Referência para dar continuidade às contratações pela UEP FGV. Quando atua como UCP MMA, ocorre atraso na promoção das assinaturas dos Acordos de Cooperação com as novas Unidades Operativas (ICMBio, SFB, SEMA-AM e SEMAs), resultando em atrasos nas atividades fundamentais e previstas no MOP IV para alcançar as metas e construir o POA2. Isso resulta em um baixo percentual de execução até o momento.

- o Oportunidade: estreitar o diálogo com as Unidades Operativas envolvidas, permitindo acelerar a execução do projeto, uma vez que cada UO traz uma contribuição significativa para o atingimento das metas e indicadores propostos.

9. Salvaguardas Socioambientais

Fase 1

Componente 1 (Funbio)

No período o FUNBIO realizou para o Programa ARPA, contratações e aquisições para a realização de atividades ligadas ao avanço e manutenção nos marcos referenciais apoiados. Foram contratadas consultorias para finalidades variadas, bem como insumos e serviços logísticos para a condução de atividades de campo e participação social nas UCs. Todas as contratações são analisadas em fluxo pelas instâncias envolvidas no Programa, de acordo com regramento estabelecido em seu manual operacional. O FUNBIO em última instância de aprovação faz uma avaliação criteriosa das atividades e insumos a serem contratados, visando a checagem de enquadramento nas premissas de salvaguardas e elegibilidade de apoio do Programa.

Os contratos derivados dos requerimentos do Programa são estabelecidos com base em normas e cláusulas de segurança operacionalizadas pelo FUNBIO que visam evitar impactos adversos descritos pelas políticas de salvaguarda. Como camada adicional de monitoramentos os parceiros gestores de UCs são capacitados pelo FUNBIO e apresentados aos documentos de salvaguardas do programa, bem como seus canais de queixas e reclame.

Componentes 2, 3 E 4 (CI-Brasil)

As atividades monitoradas em andamento não preveem supressão da vegetação nativa e limitações a grupo social em torno do acesso e uso dos recursos naturais, a construção de barragem em cursos d'água, captação, derivações ou interceptação em curso d'água para qualquer finalidade.

As atividades dos Componente 2, 3 e 4 no 2º semestre de 2023, envolveram intervenção direta (exceto obras/reformas/ampliação) com a implementação das atividades de viveiros florestais, recuperação florestal/sistema agroflorestal e atividades relacionadas a estudos, planos e assistências técnicas, tendo sido executadas em conformidade com as salvaguardas socioambientais do projeto, não tendo sido registrados impactos.

No 2º semestre de 2023 não ocorreram incidentes ou acidentes em qualquer das atividades realizadas.

A lista das atividades em andamento e monitoradas, com status de acompanhamento consta no Anexo B deste documento.

Fase 2

Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

No dia 07-06-2023 foi realizada reunião virtual de alinhamento sobre salvaguardas no dia, que contou com a participação da Unidade de Coordenação do Projeto / Unidade Operativa Ministério do Meio Ambiente, da Agência Implementadora (Banco Mundial) e das Agências Executoras (FUNBIO, CI e FGV). Na oportunidade, foram debatidos os seguintes temas: aprimoramento dos processos, proposta unificada para o monitoramento, alinhamento com a equipe de salvaguardas do Banco Mundial, estruturação das equipes e capacitação em salvaguardas.

Com relação as oficinas realizadas na RESEX, nessa primeira fase das atividades não foi identificado nenhum ponto de atenção no que diz respeito às salvaguardas, uma vez que a referida atividade de mapeamento não gera impactos negativos ou ambientais (ex: sobreposição com terras indígenas (OP. 4.10)). Mas, considerando que as próximas atividades previstas para a consolidação do conselho e elaboração do plano de manejo serão realizadas em comunidades que fazem limites (Rio Jauaperi) com a Terra Indígena Waimiri-Atroari e o resultado da primeira atividade traz a possibilidade de incluir lideranças indígenas na composição do conselho da RESEX, é fundamental a participação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Neste sentido atender os protocolos de verificação que acionam as salvaguardas e adotar medidas de mitigação e prevenção são necessárias.

10. Lições Aprendidas

Fase 1

Componente 1 (Funbio)

As visitas técnicas com participação da Unidade de Coordenação do Programa e do Funbio junto aos órgãos gestores demonstra-se uma estratégia efetiva de aproximação das instâncias, identificação das principais dificuldades, e sobretudo, desenvolvimento de soluções compartilhadas e consensuadas. Essa estratégia foi implementada anteriormente no âmbito do Programa e poderá ser replicada no próximo período.

A realização de oficinas e eventos de apoio para a elaboração de termos de referência, especificações e outros documentos necessários à execução via Funbio, como por exemplo para os temas de embarcações, instalações, planos de manejo, monitoramento da biodiversidade demonstrou-se uma estratégia eficaz no avanço em alguns Marcos Referências.

A construção da proposta de projeto ao Fundo Amazônia de forma colaborativa e integrada com participação da UCP/MMA, ICMBio e Funbio permitiu considerar alguns dos principais desafios do Programa ARPA (Proteção e Demarcação), priorizar as necessidades operacionais e as regiões mais pressionadas, a partir da visão estratégica do órgão gestor das UCs federais, além de contar com a experiência do Funbio na elaboração e execução de projetos que contribuiu para celeridade na construção da proposta. Adicionalmente, pode-se considerar a capacitação dos envolvidos para elaboração de projetos similares em iniciativas futuras, com potencial efeito sobre o acesso a novos recursos para implementação das políticas públicas voltadas às áreas protegidas.

Componentes 2, 3 E 4 (CI-Brasil)

Decorrido mais da metade do tempo de execução das atividades, percebe-se que o tema restauração florestal tem sido observado maior adesão pela Unidade Operativa ICMBio na dedicação de esforços para a definição de áreas prioritárias em escala condizente com o tamanho das metas do Projeto. A maior capacidade de mobilização dos gestores e fornecimento de dados relevantes sobre o potencial de áreas para restauração permite considerar que dentro dos prazos e recurso financeiro disponíveis para o alcance das metas relacionadas ao tema é bastante provável que as ações planejadas e em execução tenham maior efetividade em Unidades de Conservação federais. Vale destacar que esse processo

- o *que está ocorrendo agora é um passo anterior - do início do projeto ou até meados, em 2020 e especialmente durante a pandemia, quando as atividades em campo estavam paralisadas, contudo, o direcionamento da política ambiental não contribuiu para avanços nesse sentido e agora faz-se especialmente oportuno a articulação*

com as UOs, em mobilização coordenada pelo MMA para o direcionamento da política ambiental de recuperação da vegetação nativa.

- a partir do Grupo de Trabalho Restauração, com apoio de um facilitador, verifica-se que as informações sobre áreas passíveis de restauração estão sendo construídas e com narrativas vindas das UOs, mas que ao mesmo tempo demonstra que somente ter a informação não é suficiente, ou seja, é preciso que seja feito um esforço de coalizão entre estados e governo federal para agir estrategicamente e influenciar o processo de restauração.

As mudanças de governo exigem reforçar o diálogo entre partícipes de projetos para que a coordenação geral seja mantida e até fortalecida durante os processos de transição para minimização dos impactos das mudanças e novas orientações institucionais a fim de evitar obstáculos para prosseguimento das ações dos projetos, como por exemplo o aval para a extensão de prazo, dado o caráter da urgência face as análises já realizadas e suas recomendações

Fase 2

Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

A Ficha de Detalhamento de Demanda - FDD, desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com o objetivo primordial de aprimorar o entendimento crítico e estratégico da execução das atividades de implementação, receberá uma complementação essencial em sua abordagem. Essa adição almeja integrar uma dimensão voltada para o monitoramento de salvaguardas, visando a antecipação de ações mitigatórias que possam ser implementadas de maneira proativa.

11. Próximos Passos

Fase 1

Componente 1 (Funbio)

- Realização do planejamento operacional do Programa para o biênio 24/25 que ocorrerá entre setembro e novembro de 2023.
- Realizar reuniões e oficinas com os órgãos gestores para alavancagem da consolidação, priorizando órgãos com maiores dificuldades como Mato Grosso.
- Acompanhamento da proposta submetida ao Fundo Amazônia, que é condição para 3ª parcela de desembolso do Projeto Paisagens para o Fundo de Transição do Programa ARPA.

Ademais, no segundo semestre de 2023, o Programa ARPA seguirá com suas rotinas de atividades, que incluem reuniões de colegiados, de Grupos de Trabalho, articulação com parceiros e apoio à operacionalização das atividades nas UCs.

Componentes 2, 3 E 4 (CI-Brasil)

- Elaborar as diretrizes para o planejamento operacional do projeto, definindo inclusive qual o alcance do próximo ciclo de planejamento (anual, bianual, etc)
- Realizar o planejamento operacional para o próximo ciclo – 23 a 26
- Fechar a celebração de novos ACTs para além de 2024, uma vez a prorrogação do projeto finalizada
- Intensificar a sensibilização sobre a ferramenta do MSQ
- Sistematizar e realizar o registro de lições aprendidas
- Renegociar com as empresas/instituições as propostas submetidas e não contratadas para aquelas atividades cujos prazos de execução ultrapassam os prazos de execução do projeto
- Monitorar as ações em campo

Fase 2

Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

- O POA é um instrumento dinâmico e que pode sofrer ajustes conforme o andamento do projeto a depender da demanda. A análise das atividades pela nova gestão e a elaboração de oficinas para a elaboração do POA 2 é fundamental e se faz necessário a inclusão das demais unidades operativas;
- A Comunicação do Projeto deve estar concentrada em um foco único, a fim de dar transparência e ampla divulgação das atividades, entre elas, dos termos de referência,

compras e contratações e publicidade do Projeto. Desta forma a elaboração de um único site do projeto trará benefícios para a comunicação das partes interessadas;

- Determinadas atividades preliminares imprescindíveis para a execução do Projeto não são necessariamente aderentes aos indicadores, embora sua realização seja essencial. Sugere-se um debate acerca deste tema;
- A Ficha de Detalhamento de Demanda – FDD, formulário desenvolvido pela FGV visando o aprendizado para o entendimento crítico da execução, deverá ter agregado ao seu escopo a componente de monitoramento de salvaguardas, visando antecipar possíveis ações mitigatórias a serem implementadas e sua digitalização para o kobotoolbox.

12. Comunicação

Fase 1

Componente 1 (Funbio)

No primeiro semestre de 2023 foi publicado no periódico Biological Conservation o trabalho “Contribution of the Amazon protected areas program to forest conservation”, liderado pelo pesquisador da UFMG, Britaldo Soares Filho. O trabalho realizou uma avaliação do impacto do programa para a conservação do bioma, bem como potencial de redução do desmatamento e manutenção de estoques de carbono. O documento pode ser visitado o [link](#).

A partir de março de 2023 o Comitê do Fundo de Transição solicitou a recomposição do Grupo de Trabalho de Comunicação do Programa. Visando ampliar sua divulgação e visibilidade para o público em geral, no âmbito do GT deverão ser retomados encaminhamentos e discussões acerca do potencial do Programa ARPA como referência de iniciativa para proteção de florestas e da necessidade de maior divulgação de suas estratégias de implementação, resultados e impactos.

Componentes 2, 3 E 4 (CI-Brasil)

Durante o primeiro semestre de 2023, a área de comunicação do ASL Brasil direcionou esforços para a execução do Plano de Ação do MSQ – Mecanismo de Sugestões e Queixas do projeto. O plano de ação consiste em duas frentes: olhar para os materiais que foram implementados sem a devida identificação da ouvidoria, fazendo correções, e executar uma série de ações visando sensibilização e divulgação do MSQ em várias frentes do projeto, estabelecendo um fluxo fixo para o mecanismo.

Foi realizado o levantamento de materiais que precisavam ser adesivados, sendo esses: placas sinalizadoras diversas e veículos automotivos. Da lista, no estado do Amazonas, foram adesivadas 20 placas de Acordos de Pesca. Importante ressaltar que grande parte dessas placas sinalizadoras e de Acordos de Pesca estão em regiões de difícil acesso, e a logística para a colagem dos adesivos requer alinhamento de ações em campo tanto da coordenação técnica, quanto das UO e, portanto, mais tempo para a total concretização da colagem dos materiais.

Também foram criados 2 outros canais de atendimento do MSQ, visando a diversificação das portas de entrada, sendo eles: uma linha telefônica 0800 (0800 029 53 44) e um número de whatsapp, ponto focal direto com a coordenadoria de comunicação (61-99643-1666). Para divulgação dos canais e mobilizar os pontos focais das Unidades Operativas, foi diagramado um card, com todos os acessos ao MSQ e criado um grupo no whatsapp (GT-Comunicadores ASL) visando o compartilhamento de lembretes de regras do uso do mecanismo, solicitações de artigos e matérias que veiculam o projeto, etc.



Figura 23: Card de divulgação do MSQ.

O [site da CI](#) foi atualizado para melhor refletir a estrutura de acesso, com contatos e e-mails, para os pontos focais, as novas adesões de portas de entrada do MSQ. O modelo de TdR foi atualizado descrevendo a importância da ferramenta para o projeto e solicitando aos contratados a devida divulgação em quaisquer ações executadas pelo ASL Brasil, garantindo que quaisquer novos termos de referência que sejam assinados, visem a devida divulgação aos parceiros que vão a campo. Outra medida importante, em fase de implementação, é a adição de perguntas específicas sobre a divulgação do MSQ em campo, nos relatórios monitoramento de atividades executadas por parceiros. O objetivo é assegurar que o processo de divulgação, já previsto nos TdR seja documentado pelas ações do projeto que tem contato direto com as comunidades/beneficiários das ações e parceiros locais.

A coordenação de comunicação concretizou uma série de sensibilizações sobre o MSQ em várias instâncias do projeto. Foram realizadas, no primeiro semestre de 2023, **11 reuniões de sensibilização online** tendo como público-alvo: **equipe técnica do projeto ASL Brasil (coordenadores regionais e assistente de projeto); equipe ASL Brasil de Compras e Operações, pontos focais das Unidades Operativas: Acre, Amazonas, Rondônia e Pará (ICMbio e SFB em fase de agendamento) e empresas contratadas para execução de atividades do projeto (sensibilização realizada em reuniões kick-off).** As reuniões contavam com ao menos **2 participantes representantes.**

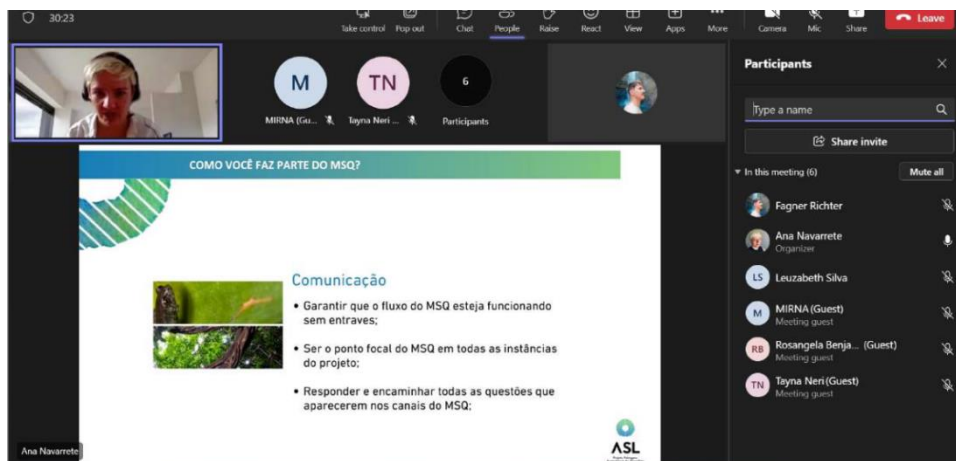


Figura 24: Print da reunião de sensibilização online com pontos focais da Unidade Operativa do Acre.



Figura 25: Print da reunião de sensibilização online com Equipe CI-Brasil de Compras e Operações.

Importante ressaltar que as sensibilizações foram seguidas por um e-mail de follow-up com a distribuição de material de divulgação (apresentação sobre o MSQ resumida para público externo), formulário online, formulário físico (para impressão), instruções de divulgação, card em alta resolução, logo atualizada do projeto e barra de logos dos parceiros.

Como resultados preliminares das ações de divulgação do MSQ, pode-se notar um engajamento maior tanto da equipe técnica, quanto das unidades operativas no que se refere à ferramenta do MSQ. No Acre, por exemplo, um ponto focal colou de maneira voluntária o card na porta do gabinete que atua com o ASL Brasil no estado, visando uma divulgação local e espontânea.

Nas reuniões de equipe há sempre um espaço reservado para pautar o MSQ, o objetivo é prever ações e eventos futuros alinhados com as boas práticas que o mecanismo demanda. Vale a pena

ressaltar que todos os avanços do MSQ só foram possíveis mediante ao **grande engajamento da coordenadoria técnica do projeto**. Tanto internamente, quanto nas ações com parceiros externos, a coordenação técnica regional sempre buscou articular reuniões e pautar o tema em todas as oportunidades, mesmo na ausência da coordenadora de comunicação, acelerando o processo de divulgação do MSQ.



Figura 26: Foto enviada pelo ponto focal do ASL Brasil no Acre em que mostra o card do MSQ impresso e colado na porta da sala da secretaria.

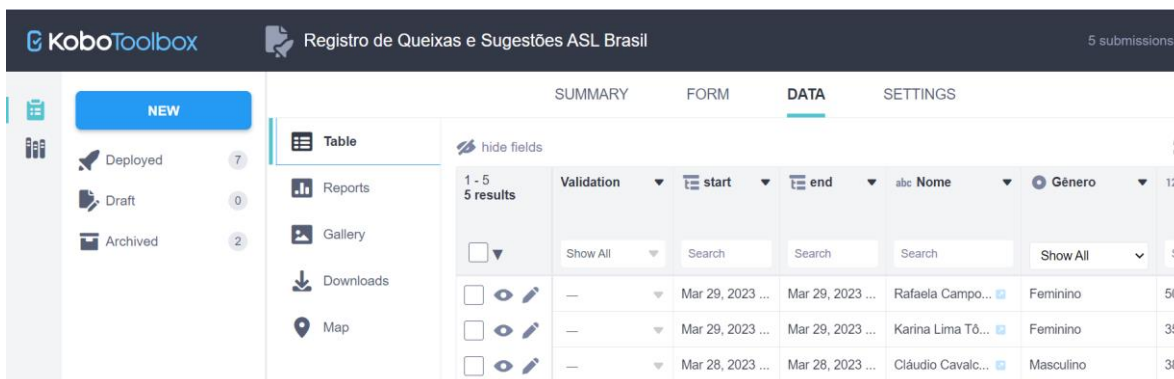
Ainda sobre o MSQ, a ferramenta recebeu, durante o **primeiro semestre de 2023, 3 registros enviados respectivamente nos dias: 28 de março, 29 de março e, novamente, 29 de março** pela plataforma do Kobotoolbox, sendo todos eles elogios de parceiros:

KoboToolbox Registro de Queixas e Sugestões ASL Brasil 5 submissions

SUMMARY FORM DATA SETTINGS

Value	Frequency	Percentage
Gostaria de parabenizar a atuação da CI no acompanhamento do Projeto Paisagens junto ao ICMBIO. Com destaque para a Leuzabeth que é sempre muito solícita, educada, proativa e tem um amplo domínio do assunto. Agradeço a todos e desejo Boas Festas!	1	20
Gostaria de agradecer a parceria da CI em nome das colaboradoras Leuzabeth Silva e Neila Silva, que não mediram esforços para que as demandas fossem realizadas de modo exemplar, com competência e respeito. Que venha 2023 com mais parcerias. Muito Obrigado!	1	20
Quero elogiar todas as boas tratativas e respostas com resolução dos problemas ou/situações apontadas para a coordenadora de projetos Sra Leuzabeth Silva, com rapidez e bom feedback	1	20

Figura 27: Comentários realizados em março de 2023.



KoboToolbox Registro de Queixas e Sugestões ASL Brasil 5 submissions

SUMMARY FORM DATA SETTINGS

Table hide fields

1 - 5 5 results

Validation	start	end	Nome	Gênero	
Show All	Search	Search	Search	Show All	Se
—	Mar 29, 2023 ...	Mar 29, 2023 ...	Rafaela Campo...	Feminino	50
—	Mar 29, 2023 ...	Mar 29, 2023 ...	Karina Lima Tô...	Feminino	35
—	Mar 28, 2023 ...	Mar 28, 2023 ...	Cláudio Cavalc...	Masculino	38

Figura 28: Datas dos registros realizados pela ferramenta KobotoolBox.

O primeiro registro do MSQ via whatsapp, foi um elogio e veio após a primeira rodada de uma série de oficinas de campo, realizadas no Pará, com apoio do projeto. Na ocasião, o projeto viabilizou um banner de divulgação do MSQ e distribuiu pequenos cards impressos com o QRcode da ouvidoria para o público presente nas oficinas.



Figura 29: Banner do MSQ em exibição na primeira Oficinas Etnoregionais de Povos Indígenas, Quilombolas, extrativistas, das comunidades tradicionais e Reunião Regional para a co-construção do Plano Estadual de Restauração da Vegetação Nativa do Pará (PlanVeg), em Altamira no Pará - junho de 2023.

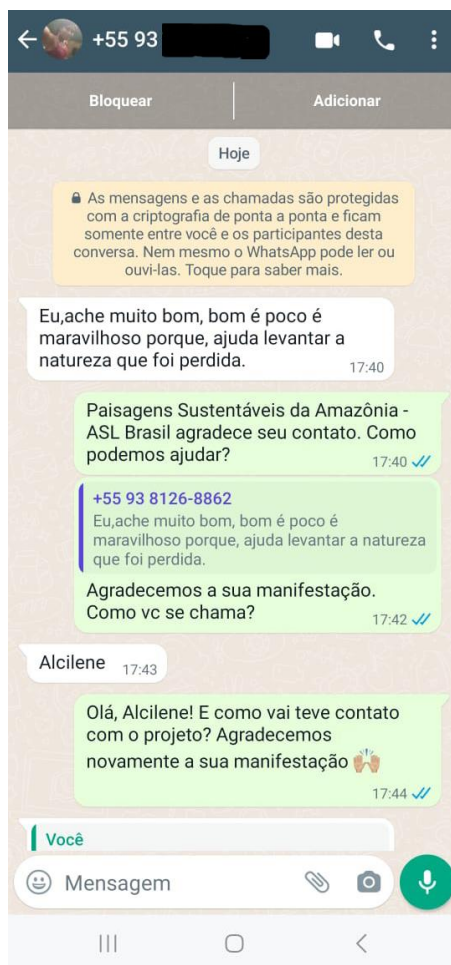


Figura 30: Manifestação enviada via whatsapp em junho de 2023.

Foi atualizada a barra de logos do projeto em função das mudanças de governo e, também, de identidade visual do próprio GEF. Também houve o devido repasse de uso e substituição dos materiais para a equipe técnica e pontos focais da Unidades Operativas.



Figura 31: Nova barra de logos ASL Brasil, junho de 2023.

O projeto participou, em maio, do I Seminário de Regularização Ambiental do CAR, no estado do Pará. Na ocasião, a comunicação deu apoio na elaboração de blocos de notas com a identidade visual e orientação quanto ao Mecanismo de Sugestões e Queixas do projeto.





Figura 32: Capa do bloco de notas com orientações do MSQ para o I Seminário Estadual de Regularização Ambiental do Pará.

Foi criado um calendário de ações fixas do projeto ASL Brasil, solicitado pelo MMA. O material possui as principais marcações de entregas e pré-entregas previstas para o projeto, em cada mês de execução. E 2 cards veiculados nas redes da CI, visando apoio na divulgação de alguns TdRs.

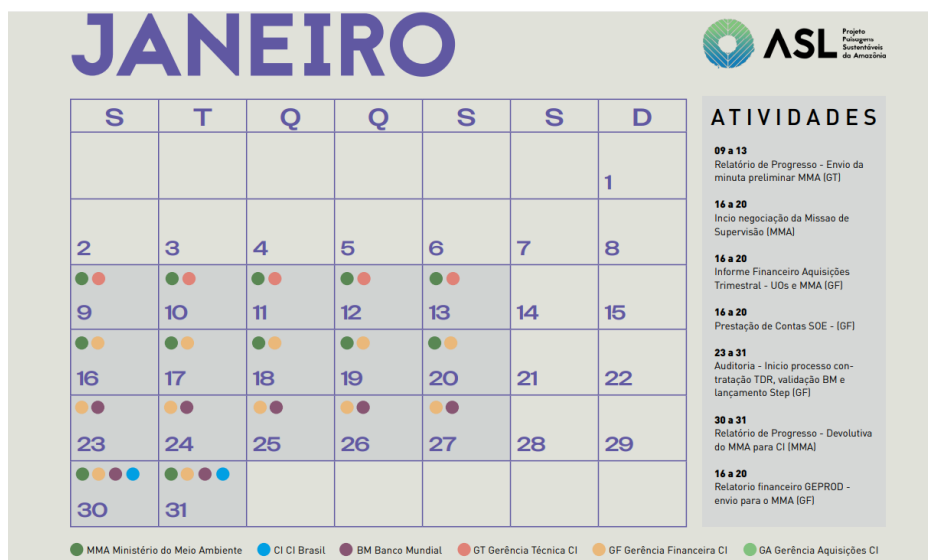


Figura 33 - Exemplo do mês 1 de entregas previstas do ASL no modelo do calendário proposto pela comunicação do projeto.



Figura 34 - Card criado para divulgar oportunidades abertas no setor de compras do site do ASL.

Fase 2

Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

As ações de comunicação continuaram dando seguimento ao bom trabalho realizado até o momento. Especificamente, dando apoio a equipe técnica do projeto com a preocupação de manter o fluxo de comunicação e as diferentes relações com os parceiros apoiadores do projeto, público em geral, Sociedade civil e Organizações Comunitárias relacionadas ao projeto, Ministério do Meio Ambiente, Banco Mundial, Global Environment Facility (GEF), e demais agências executoras como Conservação Internacional - Brasil (CI) e ICMBio, autoridades ambientais, agências públicas e privadas nacionais e internacionais, entre outras.

Para tal a equipe deu início a criação de um site exclusivo para o projeto - Paisagens Sustentáveis da Amazônia, Brasil fase 2, como forma de atender a necessidade de disponibilizar ao público toda a informação sobre o projeto incluindo o seu andamento, eventos, editais, termos de referência, relatórios diversos, fotos específicas do projeto, entre outros. Adicionalmente, esse novo site exclusivo disponibilizará informação institucional sobre a FGV, demais parceiros e detalhes do projeto.

Através desse site exclusivo será possível alcançar o objetivo de conseguir que toda a informação do projeto esteja concentrada em um só lugar e que seja de fácil acesso pelo usuário. A figura 25 em baixo, ilustra a dinâmica idealizada pela equipe de organização do conteúdo através da construção de abas pensadas que facilitem o acesso à informação. Por exemplo, dedicamos uma aba a “Editais” onde será possível o acesso a todos editais de forma rápida e transparente. O mesmo raciocínio foi aplicado ao conteúdo sobre “Salvaguardas”. Uma área tão importante do projeto terá o seu destaque garantido através da organização proposta pelo novo website.



Figura 35: print da tela da home page do novo site em construção. Em fase de homologação
Fonte: Elaborado por FGV.

Em suma, como é possível verificar pela figura 25, o novo website servirá de repositório de todas as iniciativas relacionadas com o ASL 2. As condutas aplicadas e adotadas pela UEP-FGV serão amplamente divulgadas por meio dessa ferramenta, que será introduzida em eventos e apresentação com beneficiários e parceiros. Funcionará também como um legado do projeto que perdurará no futuro.

Adicionalmente, o monitoramento e resposta a eventuais queixas, reclamações e sugestões, também ficará atendido através desse novo site exclusivo. O e-mail da ouvidoria (asl.ouvidoria@eu.fgv.br) será amplamente divulgado em vários espaços desse website, integrados através de um formulário estruturado no kobotoolbox e disponível através de link no website..

13. Anexos

ANEXO A – LISTA DE NOVOS INSTRUMENTOS REPORTADOS

UNIDADE OPERATIVA	INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO
SEMA AMAZONAS	DECRETO Nº 47.565, DE 5 DE JUNHO DE 2023 PPCDQAM	Institui o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Amazonas - PPCDQ/AM, em sua fase IV; REATIVA o Comitê de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Amazonas, e ESTABELECE o compromisso estadual voluntário à redução da degradação, queimadas e desmatamento evitado, e dá outras providências
SEMA AMAZONAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02 de 11 de janeiro de 2023	RECONHECE o Acordo de Pesca e estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos do Lago Acajatuba, situado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS do Rio Negro, localizada no município de Iranduba - AM
SEMA AMAZONAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 05 DE 13 DE MARÇO DE 2023	RECONHECE o Acordo de Pesca e estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos do Rio Apuaú, situado na zona rural do município de Manaus e Novo Airão - AM
SEMA AMAZONAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07 DE 16 DE JUNHO DE 2023	RECONHECE o Acordo de Pesca e estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos pertencentes ao Rio Caurés, localizado no do município de Barcelos/Amazonas
SEMA AMAZONAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09 DE 16 DE JUNHO DE 2023	RECONHECE o Acordo de Pesca e estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos do Rio Demeni, situado no município de Barcelos/AM
SEMA AMAZONAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10 DE 16 DE JUNHO DE 2023	RECONHECE o Acordo de Pesca e estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos do Rio Padauri, situado nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/AM
SEMA AMAZONAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11 DE 16 DE JUNHO DE 2023	RECONHECE o Acordo de Pesca e estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos do Rio Aracá, situado no município de Barcelos/AM
SEMA AMAZONAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06 DE 16 DE JUNHO DE 2023	RECONHECE o Acordo de Pesca e estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos do Rio Quiuini, localizado no município Barcelos/AM
SEMA AMAZONAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08 DE 16 DE JUNHO DE 2023	RECONHECE o Acordo de Pesca e estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos pertencentes ao Rio Negro, localizado no território dos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/Amazonas

ANEXO B - STATUS DE COMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES COM PONTOS DE ATENÇÃO

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
SEDAM RO	Elaborar PRADAs e assinar Termo de Compromisso	Estado de Rondônia	Sensibilização e mobilização	Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, para a realização de ação de comunicação e informação nos municípios que serão atendidos pela ação de comunicação.	Agendar reunião com a UO até dia 04/08
SEMAPI AC	Elaborar plano de manejo da APA Igarapé São Francisco	APA Igarapé São Francisco	Sensibilização e consulta	<p>Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa</p> <p>Acompanhamento através de cada produto elaborado a entrega dos documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Notas técnicas das UOs com a aprovação dos produtos - Registro sobre os processos de sensibilização, mobilização e consultas às comunidades (convites, indicação de local, data e cronograma), quando necessário para cumprimento de etapas ou fases da elaboração dos produtos. - Registro fotográfico qualificando as atividades, a localização e data de realização <p>A Semapi – Gestor das UCs</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientar para que a UO leve para conhecimento do conselho gestor das UCs, • Identificar se há uso de áreas ou recursos por povos indígenas para a definição do monitoramento. Em detectado o uso das áreas, prever 	Avaliação dos produtos entregues

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
				consultas para identificar possíveis conflitos e refletir nos protocolos de monitoramento junto com a Semapi	
SEMAPI AC	Formar brigadistas comunitários para atuarem em UCs de esfera estadual	APA do Igarapé São Francisco, APA do Lago do Amapá, e ARIE Japiim Pentecoste	Uso de EPI e treinamento	Reforçar os protocolos de salvaguardas à unidade operativa	Acompanhamento através de relatório de atividade
ICMBIO	Elaborar projeto de SAF para recuperação de áreas alteradas e/ou degradadas na Resex Alto Juruá a partir de planejamento participativo, implementar SAF em 140 ha, realizar capacitações para comunitários e prover assistência técnica.	Resex Alto Juruá	UC Limítrofe e sobreposta a terra indígena	<p>Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, evidenciando a localização das terras indígenas com sobreposição as UCs</p> <p>Estabelecer ações para o cumprimento aos protocolos previstos no Marco de Povos Indígenas.</p> <p>Ao ICMBIO – Gestor das UCs</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientar para que a UO leve para conhecimento do conselho gestor das UCs, • Acompanhar os trabalhos para garantir o cumprimento do estabelecido no TdR e a conformidade das atividades com as diretrizes das salvaguardas; • Reportar as ações e a periodicidade com que estão sendo realizadas. <p>A empresa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar se há uso das áreas destinadas à SAF ou de seus recursos por povos indígenas. Em detectado o uso das áreas, prever consultas, caracterização e elaboração de plano de ação para povos indígenas. 	Apresentar as salvaguardas socioambientais na reunião de kick off

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
ICMBIO	Elaborar projeto de SAF para recuperação de áreas alteradas e/ou degradadas na Resex Alto Juruá a partir de planejamento participativo, implementar SAF em 140 ha, realizar capacitações para comunitários e prover assistência técnica.	Resex Alto Juruá	Uso de substâncias para controle de pragas	<p>Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, evidenciando a localização das terras indígenas com sobreposição as UCs</p> <p>Estabelecer ações para o cumprimento aos protocolos previstos para manejo de pragas.</p> <p>Ao ICMBIO – Gestor das UCs</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar os trabalhos para garantir o cumprimento do estabelecido no TdR e a conformidade das atividades com as diretrizes das salvaguardas; • No caso de uso de herbicidas sistêmicos para manejo de praga, solicitar e aprovar o plano de ação para utilização do mesmo. <p>A empresa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar e comunicar a necessidade de uso de herbicidas sistêmicos. • Elaborar o plano de uso. 	Apresentar as salvaguardas socioambientais na reunião de kick off

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
ICMBIO	Construir espaço coletivo para organização social e produtiva da comunidade beneficiária da RESEX Alto Juruá e casa de farinha, incluindo poço artesiano comunitário	Resex Alto Juruá	Resíduo e descarte de material Operacionalização da casa de farinha Autorização e licença ambiental	<p>Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa</p> <p>Acompanhar junto a UO</p> <p>Acompanhamento através de cada produto elaborado a entrega dos documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documento comprobatório de licença ambiental ou dispensa, quando for o caso; • Descrição nos relatórios de documentos de que os materiais utilizados para a obra/reforma não são oriundos de desmatamento, de áreas ou outra situação irregular; ou de que a obra não implicou em desmatamento <p>Documento comprobatório de consulta às comunidades para instalação de obras (local, titularidade do terreno, tipo de estrutura)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Registros fotográficos georreferenciados, qualificando o espaço antes, durante e depois da reforma ou construção, contendo a data, localização e atividade (ex. viveiro, laboratório, galpão); • Relatório/parecer de medição da obra; • Relatório da obra emitido pela Unidade Operativa; • Descrição nos relatórios sobre a mão de obra contratada, se houve contratação de mão de obra local, por exemplo 	<p>Foi recebido e aprovado o produto 2 (P2) com algumas recomendações para o produto 3. Os pontos de atenção para ajuste de apresentação no produto 3 são:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ gerenciamento de resíduos líquidos e sólidos, onde deverá ter uma análise de um profissional da engenharia civil, na discussão do projeto base que seja avaliada as condições para adequada funcionalidade do ambiente de trabalho, especialmente à luz de preceitos de boas práticas de fabricação (BPF) de farinha, de modo a se otimizar os processos de beneficiamento do produto, inclusive em termos de eficiência produtiva; ▪ o adequado tratamento de resíduos e de efluentes, para o criterioso atendimento de normas sanitárias e ambientais aplicáveis; ▪ soluções para otimização do uso do espaço do ponto de vista do fluxo de circulação de insumos e materiais; ▪ a organização do trabalho no interior da unidade produtiva, para que se tenha devida salubridade e conforto laboral; ▪ o planejamento do espaço para boa disposição de utensílios.

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
SEMAS PA	Retificar 2000 CAR em São Félix do Xingu, região de integração do Xingu e região do Baixo Amazonas priorizando as análises já realizadas pelo ASL	Baixo Amazonas -Pará	Sensibilização e mobilização	Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, para a realização de ação de comunicação e informação nos municípios que serão atendidos pela ação de comunicação.	Acompanhamento através de relatório de atividade

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
SEMAS PA	Retificar 3000 CAR (até 4 módulos) na região da BR-230	(Pacajá, Anapu, Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará), BR-163 (Placas, Rurópolis, Santarém, Trairão, Itaituba e Novo Progresso) e Baixo Amazonas (Alenquer, Monte Alegre, Almerim e Mojui dos Campos)	Sensibilização e mobilização	Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, para a realização de ação de comunicação e informação nos municípios que serão atendidos pela ação de comunicação.	Acompanhamento através de relatório de atividade

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
SEMAPI AC	Realizar ações de Monitoramento e Acompanhamento Técnico de manejo de quelônios	Rio Abunã	Descarte de resíduos	<p>Reforçar os protocolos de salvaguardas com a UO</p> <p>Acompanhar junto a UO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cronograma de atividades descritivo identificando a programação das atividades e ações a serem realizadas. • Plano de mobilização e sensibilização para a realização da atividade. • Lista de presença, incluindo a identificação de gênero em todas as atividades realizadas com apoio do projeto. • Registros fotográficos qualificados de todas as atividades realizadas com apoio do projeto, contendo a data, localização e atividade. • Relatório da atividade realizada. 	Acompanhamento através de relatório de atividade
ICMBIO	Estruturar e/ou equipar instalação de beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade aquática na Resex Lago do Cuniã - jacaré	Resex Lago do Cuniã	Resíduo e descarte de material	<p>Reforçar os protocolos de salvaguardas com a UO</p> <p>Monitorar junto a Asproc o funcionamento da câmara e descarte de resíduos e efluentes</p>	Atividade finalizada. Em conformidade com as diretrizes das salvaguardas socioambientais.
ICMBIO	Elaborar projeto de SAF para recuperação de áreas alteradas e/ou degradadas na Resex Chico Mendes a partir de planejamento participativo, implementar SAF em 102 ha, realizar capacitações para comunitários e prover assistência técnica.	Resex Chico Mendes	UC Limítrofe a terra indígena	<p>Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, evidenciando a localização da terra indígena limítrofe a UC</p>	

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
ICMBIO	Elaborar projeto de SAF para recuperação de áreas alteradas e/ou degradadas na Resex Chico Mendes a partir de planejamento participativo, implementar SAF em 102 ha, realizar capacitações para comunitários e prover assistência técnica.	Resex Chico Mendes	Uso de substâncias para controle de pragas	<p>Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, evidenciando a localização das terras indígenas com sobreposição as UCs</p> <p>Estabelecer ações para o cumprimento aos protocolos previstos para manejo de pragas.</p> <p>Ao ICMBIO – Gestor das UCs</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar os trabalhos para garantir o cumprimento do estabelecido no TdR e a conformidade das atividades com as diretrizes das salvaguardas; • No caso de uso de herbicidas sistêmicos para manejo de praga, solicitar e aprovar o plano de ação para utilização do mesmo. <p>A empresa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar e comunicar a necessidade de uso de herbicidas sistêmicos. • Elaborar o plano de uso. 	
ICMBIO	Recuperar 80ha de áreas alteradas na Flona Bom Futuro	Flona Bom Futuro	UC Limítrofe a terra indígena	<p>A CI</p> <p>Realizar reunião de entendimento e orientações para o cumprimento dos protocolos previstos no Marco de Povos Indígenas e manejo de pragas;</p> <p>Solicitar relatório da Ecoporé sobre o processo de relação anterior com os povos indígenas do entorno, o processo de consulta e a caracterização dos povos indígenas do entorno da Flona Bom Futuro</p> <p>Continuar o processo de monitoramento da conformidade</p>	Realização de duas reuniões de entendimento e orientações para o cumprimento dos protocolos previstos no Marco de Povos Indígenas e manejo de pragas. Relatório encaminhado ao BM

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
				das atividades as diretrizes das salvaguardas.	
ICMBIO	Elaborar plano de manejo da APA Tapajós	APA Tapajós	UC Limítrofe a terra indígena	<p>Durante as ações dos trabalhos em campo da empresa contratada para realizar os estudos socioeconômicos e ambientais, foi verificado que há indício de povos originários usando recurso/área da UC.</p> <p>A ação em curso estabelecida pelo ICMBIO e comunicada a CI é a realização de consultas a esses povos e representações para identificar quais áreas e recursos são utilizados.</p> <p>Ao ICMBIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Junto com as representações realizar consulta prévia, livre e informada aos Mundurukus. • Elaborar um Plano de Ação para Povos Indígenas. • Reportar as ações e a periodicidade com que estão sendo realizadas. <p>A empresa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar e monitorar o cumprimento dos protocolos previstos no Marco de Povos Indígenas. 	Agendar reunião até o dia 04/08

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
ICMBIO	Elaborar plano de manejo da RESEX Alto Juruá	Resex Alto Juruá	UC Limítrofe e sobreposta a terra indígena	<p>Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, evidenciando a localização das terras indígenas limítrofes e com sobreposição a UC, já durante a reunião de abertura. Estabelecer ações para o cumprimento aos protocolos previstos no Marco de Povos Indígenas.</p> <p>Ao ICMBIO – Gestor das UCs</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientar para que a UO leve para conhecimento do conselho gestor das UCs; • Acompanhar os trabalhos para garantir o cumprimento do estabelecido no TdR e a conformidade das atividades com as diretrizes das salvaguardas; • Reportar as ações e a periodicidade com que estão sendo realizadas. <p>A empresa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prever consultas, caracterização e elaboração de plano de ação para povos indígenas na elaboração do plano de gestão 	Realização da reunião de orientação referente as salvaguardas socioambientais e apresentação dos protocolos previstos no marco de povos indígenas no dia 21/03/2023 Avaliação do produto 2 (base e guia do participante)
SEMA AM	Construir nove acordos de pesca	Acajatuba, Apuaú, Caures, Cuiuni, Araca, Demeni, Padauri, Preto e Negro	UC limítrofe a terra indígena	<p>CI: apresentar protocolos de salvaguardas à unidade operativa, evidenciando a localização das terras indígenas limítrofes as UCs Estabelecer ações para o cumprimento aos protocolos previstos no Marco de Povos Indígenas.</p> <p>SEMA: Realizar consulta, caracterização e elaboração de plano de ação para povos indígenas</p>	Consulta e caracterização realizadas Plano de ação em elaboração

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
SEMA AM	Formar e credenciar novos AAV (agentes ambientais voluntários) para contribuir no monitoramento nas áreas dos acordos de pesca	Acajatuba, Apuaú, Caures, Cuiuni, Araca, Demeni, Patauiri, Preto e Negro	Sensibilização e mobilização	Reforçar os protocolos de salvaguardas à UO	Atividade realizada conjuntamente com a construção dos acordos de pesca (consulta e caracterização realizadas Plano de ação em elaboração)
MMA	Apoiar a continuidade e expansão das ações de monitoramento e proteção das praias de desova de quelônios ao longo do rio Juruá	RDS Uacari	Sensibilização e mobilização Descarte de resíduos	Reforçar os protocolos de salvaguardas com a UO Acompanhar junto a UO <ul style="list-style-type: none"> • Cronograma de atividades descritivo identificando a programação das atividades e ações a serem realizadas. • Plano de mobilização e sensibilização para a realização da atividade. • Lista de presença, incluindo a identificação de gênero em todas as atividades realizadas com apoio do projeto. • Registros fotográficos qualificados de todas as atividades realizadas com apoio do projeto, contendo a data, localização e atividade • Relatório da atividade realizada. 	Acompanhamento através de relatório de atividade

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
IDEFLORBIO	Elaborar o plano de gestão da APA Triunfo do Xingu e Flota do Iriri (realizar estudos socioeconômico, ambiental e fundiário e consolidação do plano)	APA Triunfo do Xingu, Flota do Iriri	UC Limítrofe a terra indígena	<p>Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, evidenciando a localização das terras indígenas limítrofes as UCs</p> <p>Estabelecer ações para o cumprimento aos protocolos previstos no Marco de Povos Indígenas.</p> <p>Ao Ideflor-Bio – Gestor das UCs</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reativar o conselho gestor das UCs, onde participam representantes dos 3 povos para apresentação da atividade a ser realizada e quando os planos de manejo estiverem elaborados em sua versão preliminar apresentar aos Conselhos para deliberação ou consulta. • Reportar as ações e a periodicidade que estão sendo realizadas. <p>A empresa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar se há uso de áreas ou recursos por povos indígenas nos levantamentos socioeconômicos. Em detectado o uso das áreas, prever a participação social na elaboração dos planos de manejo; identificar as demandas dos povos e refletir essas demandas, caso existam, nas regras de uso, zoneamento ou outras ações que se fizerem necessárias, com a interlocução com o conselho gestor e o Ideflor-Bio. 	Avaliação do produto 3

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
SEDAM RO	Mobilizar produtores rurais por meio de mutirão para adesão ao PRA em 14 municípios	Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alvorada D'Oeste, Cacoal, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Mirante da Serra, Nova Brasilândia D'Oeste, Parecis, Santa Luzia D'Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras	Sensibilização e mobilização	Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, para a realização de ação de comunicação e informação nos municípios que serão atendidos pela ação de comunicação.	Agendar reunião até dia 04/08

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
SEMAPI AC	Capacitar técnicos da SEMA, EMATER e outras instituições relacionadas, como agentes multiplicadores na condução e elaboração dos PRADAs e na execução do PRA	Acre	Sensibilização e mobilização	Apresentar os protocolos de salvaguardas à unidade operativa, para a realização de ação de comunicação e informação junto aos parceiros que serão atendidos pela ação.	
SEMAPI AC	Apoiar a implementação do projeto de recuperação de áreas degradadas para produtores que aderirem ao PRA localizados no entorno da RESEX Chico Mendes e dentro das APAs de Rio Branco	Entorno da RESEX Chico Mendes e dentro das APAs de Rio Branco	Sensibilização e mobilização Seleção das áreas Resíduos	Apresentar os protocolos de salvaguardas à unidade operativa, para a realização de ação de comunicação e informação junto aos produtores rurais que serão atendidos pela ação.	
SEMA AM	Realizar monitoramento dos acordos de pesca regulamentados pela SEMA e criar protocolo	AM	Sensibilização	Reforçar os protocolos de salvaguardas à unidade operativa	

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
SEMA AM	Realizar estudo fundiário em 5 glebas estaduais para subsidiar o edital de concessão florestal	Gleba São Pedro (Borba), Glebas Mundo Novo e Bom Futuro (Manicoré), Gleba Céu Aberto (Urucará) e Gleba Agronomia (Coari)	UC Limítrofe a terra indígena	<p>Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, evidenciando a localização das terras indígenas</p> <p>Estabelecer ações para o cumprimento aos protocolos previstos no Marco de Povos Indígenas.</p> <p>A SEMA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar os trabalhos para garantir o cumprimento do estabelecido no TdR e a conformidade das atividades com as diretrizes das salvaguardas,; • Reportar as ações e a periodicidade com que estão sendo realizadas. <p>A empresa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar se há uso de áreas ou recursos por povos indígenas nos levantamentos em campo. Em detectado o uso das áreas, prever consultas e identificar as demandas e refletir essas demandas na elaboração dos estudos • Identificar potenciais conflitos de interesse no uso dos recursos naturais nas glebas e os atores sociais envolvidos; 	A atividade possui visitas a campo pontuais, fora de TI Acompanhar a entrega dos produtos
SEMA AM	Elaborar 07 Planos de Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala - PMFSPE para exploração de 2.100 hectares de área manejada	Canutama	Sensibilização e mobilização Escolha das áreas	Reforçar os protocolos de salvaguardas à unidade operativa	Realização de reunião junto aos pontos focais para alinhamento quanto aos pontos de atenção no dia 25/05/2023

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
SFB	Estudo de estruturação de concessões florestais para prática do manejo florestal e silvicultura em áreas degradadas	AMZ	Resíduos Manejo de praga	Reforçar os protocolos de salvaguardas à unidade operativa	Acompanhando através do relatório de atividade
SEMAPI AC	Levantamento sobre cadeias produtivas e elaboração de planos de negócios para dois produtos da sociobiodiversidade do Complexo Estadual de Florestas do Rio Gregório CFERG	Complexo de Florestas do Rio Gregório -CFERG	UC Limítrofe a terra indígena	<p>Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, evidenciando a localização das terras indígenas com sobreposição as UCs</p> <p>Estabelecer ações para o cumprimento aos protocolos previstos no Marco de Povos Indígenas.</p> <p>A Semapi e CDSA – Gestor das UCs e realizado da ação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientar para que a UO leve para conhecimento do conselho gestor das UCs, • Garantir a participação dos povos indígenas nas coletas de informações sobre as cadeias produtivas; • Reportar as ações e a periodicidade que estão sendo realizadas. <p>A empresa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar se há uso de áreas ou recursos por povos indígenas nos levantamentos socioeconômicos. Em detectado o uso das áreas, prever consultas e identificar as demandas e refletir essas demandas na elaboração dos planos de negócios 	Acompanhando por relatório de atividade

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
SEMAPI AC	Realizar monitoramento participativo da biodiversidade em 03 Ucs estaduais do CFERG	Complexo de Florestas do Rio Gregório -CFERG	UC Limítrofe a terra indígena	<p>Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, evidenciando a localização das terras indígenas com sobreposição as UCs</p> <p>Estabelecer ações para o cumprimento aos protocolos previstos no Marco de Povos Indígenas.</p> <p>A Semapi – Gestor das UCs</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientar para que a UO leve para conhecimento do conselho gestor das UCs, • Avaliar a participação dos povos indígenas no processo de monitoramento; • Reportar as ações e a periodicidade que estão sendo realizadas. <p>A empresa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar se há uso de áreas ou recursos por povos indígenas para a definição do monitoramento. Em detectado o uso das áreas, prever consultas para identificar possíveis conflitos e refletir nos protocolos de monitoramento junto com a Semapi 	

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
SEMAPI AC	Elaborar e aprovar planos de uso público para as UCs com o recorte da conectividade entre as áreas	APAs Igarapé São Francisco e Lago de Amapá e ARIE Japiim Pentecostes	UC Limítrofe a terra indígena	<p>Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, evidenciando a localização das terras indígenas com sobreposição as UCs</p> <p>Estabelecer ações para o cumprimento aos protocolos previstos no Marco de Povos Indígenas.</p> <p>A Semapi – Gestor das UCs</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientar para que a UO leve para conhecimento do conselho gestor das UCs; • Reportar as ações e a periodicidade com que estão sendo realizadas., <p>A empresa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar se há uso de áreas ou recursos por povos indígenas nos levantamentos socioeconômicos. Em detectado o uso das áreas, prever consultas e identificar as demandas e refletir essas demandas na elaboração dos planos de negócios 	<p>Reunião de orientação referente as salvaguardas socioambientais e apresentação dos protocolos previstos no marco de povos indígenas (dez/2022)</p> <p>Não houve entrega de novos produtos</p>

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
SEDAM RO	Construir e implantar uma agroindústria de beneficiamento de castanha do Brasil de porte médio na RESEX Rio Cautário para produção de 300 t/ano (Estudo de viabilidade para implantar a agroindústria)	Resex Rio Cautário, Vale do Guaporé	UC Limítrofe a terra indígena	<p>Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, evidenciando a localização das terras indígenas com sobreposição as UCs</p> <p>Estabelecer ações para o cumprimento aos protocolos previstos no Marco de Povos Indígenas.</p> <p>A CUC– Gestor das UCs</p> <ul style="list-style-type: none"> Acompanhar os trabalhos para garantir o cumprimento do estabelecido no TdR e a conformidade das atividades com as diretrizes das salvaguardas; Reportar as ações e a periodicidade com que estão sendo realizadas. <p>A empresa</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificação dos atores sociais, e produtivos, envolvidos na cadeia da castanha, considerando o uso da área por povos indígenas da TI Rio Guaporé, e a necessidade da consulta prévia, livre e informada aos povos dessa TI; Identificar potenciais conflitos de interesse no uso dos recursos naturais na Resex e os atores sociais envolvidos; 	<p>CI apresentou as salvaguardas socioambientais</p> <p>A UO acompanhou a realização das oficinas no período de 29/03 a 10/04 e apresentou relatório técnico</p> <p>Ci realizou reunião no dia 30/05 para alinhamento quanto a conformidade da atividade com as diretrizes das salvaguardas</p> <p>Encaminhamentos:</p> <p>Sedam enviar o shape da área dos castanhais</p> <p>Sedam inserir no relatório de atividade as evidências da mobilização e realização das oficinas</p> <p>Sedam elaborar plano de ação para povos indígenas</p> <p>Consultor e Sedam realizar a caracterização dos povos indígenas, histórico de uso e possíveis conflitos (conforme TDR)</p>

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
SEMA AM	Apoiar 03 cadeias de valor da sociobiodiversidade (Borracha, copaíba e castanha do Brasil), a partir da estratégia de: 1. Capacitação em Gestão da Produção; 2. Capacitação em Boas Práticas de Manejo.	Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré	Sensibilização e seleção de participantes	Reforçar os protocolos de salvaguardas à unidade operativa	Acompanhamento através de relatório de atividade
SEMA AM	Realizar 01 curso de capacitação para técnicos voltado para o Manejo Florestal Sustentável	Manaus	Não possui	Reforçar os protocolos de salvaguardas à unidade operativa	Acompanhamento através de relatório de atividade
SEDAM RO	Elaborar o Plano de Manejo das unidades de conservação de uso sustentável do mosaico das áreas de Machadinho do Oeste e Vale do Anari - 15 Resex	Machadinho do Oeste e Vale do Anari	Coleta de dados em campo e a sensibilização das pessoas	Apresentar os protocolos de salvaguardas à consultoria e à unidade operativa, quando da coleta de dados em campo e a sensibilização de moradores das UCs. Monitorar junto a UO e a Contratada O processo de sensibilização e consulta	CI realizou análise para verificação de sobreposição ou proximidade com terras indígenas Fará a apresentação das salvaguardas socioambientais na reunião de kick off
SEMAPI AC	Implementar a Rede de Sementes Florestais do Estado do Acre	Acre	Uso indevido de substâncias químicas; Resíduos da produção de mudas	Apresentar os protocolos de salvaguardas à unidade operativa, quando da escolha da área e coleta de dados em campo e a sensibilização de coletores. Monitorar junto a UO O processo de sensibilização e consulta	
SEMA AM	Recuperar 50 hectares de áreas degradadas, capacitar técnicos e agricultores visando a implementação do PRA no Amazonas	Canutama (Assentamento Pacia)	Uso indevido de substâncias químicas; Resíduos da plantação de mudas O processo de	Monitorar junto a UO Uso indevido de substâncias químicas; Resíduos da plantação de mudas O processo de sensibilização e consulta	

UO	ATIVIDADE	LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	MEDIDA DE PREVENÇÃO	STATUS
			sensibilização e consulta		

ANEXO C – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CRIADAS ENTRE 2017 E 2023:

	Instrumento de criação	Ano de criação	Código CNUC	OG	Unidade de Conservação	Área (ha) conforme área de geoprocessamento do CNUC
1	Decreto s/nº de 05/06/2017	2017	0000.00.35 19	ICMBi o	PN dos Campos Ferruginosos	79.029
2	Decreto nº 9.333 de 05/04/2018	2018	0000.00.36 51	ICMBi o	RESEX de Itapetininga	16.294
3	Decreto nº 9.339 de 05/04/2018	2018	0000.00.36 54	ICMBi o	RESEX de Arapiranga-Tromaí	186.908
4	Decreto nº 9.340 de 05/04/2018	2018	0000.00.36 53	ICMBi o	RESEX da Baía do Tubarão	223.917
5	Decreto nº 9401, de 05/06/2018	2018	0000.00.36 93	ICMBi o	RESEX Baixo Rio Branco Jauaperi	581.230
6	Decreto nº 22.687 de 20/3/2018	2018	0000.11.44 30	RO	RDS Serra Grande	23.181
7	Decreto nº 22.685 de 20/3/2018	2018	0000.11.44 31	RO	RDS Rio Machado	9.206
8	Decreto nº 22.682 de 20/3/2018	2018	0000.11.44 07	RO	ESEC Umirizal	57.540
9	Decreto nº 22.690 de 20/3/2018	2018	não cadastrada	RO	ESEC Soldado da Borracha	178.949
10	Lei Complementar nº 1.089, de 20/05/2021	2021	0000.11.44 26	RO	RDS Limoeiro	18.020
11	Lei Complementar nº 1.089, de 20/05/2021	2021	não cadastrada	RO	PE Abaitará	152
12	Lei Complementar nº 1.089, de 20/05/2021	2021	0000.11.44 45	RO	PE Ilha das Flores	89.789
13	Lei Complementar nº 1.089, de 20/05/2021	2021	0000.11.44 54	RO	RDS Bom jardim	1.678
14	Decreto nº 9638 de 26/12/2018	2018	0000.00.02 33	ICMBi o	RESEX do Lago do Cuniã (ampliação)	18.809
15	Lei Estadual nº 1.704, de 15 de julho de 2022	2022	0000.14.43 82	RR	Parque Estadual das Nascentes	323.056
16		2022	0000.14.43 85	RR	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itapará-Boiaçu	622.831,78
17		2022	0000.14.43 97	RR	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campina	180.227,57
18		2022	0000.14.43 98	RR	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Xeriuni	1.521.174,37
19	Decreto nº 11.551, de 5 de julho de 2023	2023	0000.00.02 23	PA	Reserva Extrativista Chocoaré-Mato Grosso (ampliação)	1.832,00
Total (considerando todas as UCs criadas)						4.134.656

ANEXO D – NÍVEL DE CONSOLIDAÇÃO DAS UCS ARPA EM 2017 E 2023.

CNUC	OG	Unidade de Conservação	2017	2023
47	ICMBio	ESEC da Terra do Meio	Baixo	Médio
49	ICMBio	PARNA de Anavilhanas	Alto	Médio
56	ICMBio	ESEC Jutai-Solimões	Baixo	Alto
57	ICMBio	ESEC de Maracá	Médio	Médio
58	ICMBio	ESEC de Maracá Jipioca	Alto	Alto
60	ICMBio	ESEC de Niquiá	Alto	Alto
67	ICMBio	ESEC do Jari	Médio	Alto
68	ICMBio	ESEC Rio Acre	Médio	Alto
72	ICMBio	ESEC Juami-Japurá	Médio	Baixo
136	ICMBio	PARNA da Amazônia	Alto	Alto
149	ICMBio	PARNA Serra do Divisor	Alto	Alto
151	ICMBio	PARNA da Serra do Pardo	Baixo	Médio
169	ICMBio	PARNA do Cabo Orange	Médio	Baixo
173	ICMBio	PARNA do Jaú	Médio	Médio
179	ICMBio	PARNA Viruá	Alto	Alto
187	ICMBio	PARNA Montanhas do Tumucumaque	Baixo	Médio
188	ICMBio	PARNA Serra da Cutia	Alto	Alto
189	ICMBio	PARNA Serra Da Mocidade	Alto	Alto
194	ICMBio	REBIO Abufari	Alto	Alto
207	ICMBio	REBIO do Gurupi	Médio	Médio
208	ICMBio	REBIO do Jaru	Alto	Alto
209	ICMBio	REBIO Lago Piratuba	Baixo	Baixo
210	ICMBio	REBIO do Rio Trombetas	Médio	Médio
211	ICMBio	REBIO do Tapirapé	Alto	Alto

213	ICMBio	REBIO do Uatumã	Alto	Alto
216	ICMBio	REBIO Nascentes Serra do Cachimbo	Alto	Alto
218	ICMBio	RDS Itatupã-Baquiá	Alto	Alto
220	ICMBio	RESEX Auati-Paraná	Médio	Médio
221	ICMBio	RESEX Barreiro das Antas	Alto	Alto
222	ICMBio	RESEX Chico Mendes	Médio	Médio
223	ICMBio	RESEX Marinha Chocará-Mato Grosso	Alto	Alto
227	ICMBio	RESEX Maracanã	Médio	Alto
228	ICMBio	RESEX São João da Ponta	Médio	Alto
230	ICMBio	RESEX Baixo Juruá	Médio	Baixo
232	ICMBio	RESEX Cazumbá-Iracema	Médio	Alto
235	ICMBio	RESEX Médio Juruá	Alto	Alto
238	ICMBio	RESEX do Rio Cautário – ICMBio	Alto	Alto
239	ICMBio	RESEX Rio Jutai	Alto	Alto
241	ICMBio	RESEX Ipau Anilzinho	Alto	Alto
242	ICMBio	RESEX do Lago do Capanã Grande	Médio	Médio
243	ICMBio	RESEX Mãe Grande Curuçá	Baixo	Alto
244	ICMBio	RESEX Mapuá	Alto	Alto
256	ICMBio	RESEX Rio Ouro Preto	Médio	Alto
257	ICMBio	RESEX Riozinho da Liberdade	Médio	Alto
258	ICMBio	RESEX Riozinho do Anfrísio	Baixo	Médio
259	ICMBio	RESEX Tapajós-Arapiuns	Alto	Alto
260	ICMBio	RESEX Verde para Sempre	Baixo	Baixo
264	ICMBio	PARNA Rio Novo	Médio	Alto
267	ICMBio	PARNA do Jamanxim	Baixo	Baixo

273	ICMBio	RESEX Arioca pruanã	Médio	Alto
274	ICMBio	RESEX Alto Tarauaca	Alto	Alto
279	ICMBio	RESEX de Cururupu	Alto	Alto
280	ICMBio	RESEX Rio Iriri	Baixo	Baixo
281	ICMBio	PARNA Juruena	Alto	Alto
282	ICMBio	RESEX Terra Grandre Pracuúba	Alto	Alto
283	ICMBio	RESEX Rio Unini	Alto	Médio
284	ICMBio	PARNA dos Campos Amazônicos	Alto	Alto
285	ICMBio	RESEX Arapixi	Alto	Alto
292	AP	RDS do Rio Iratapuru	Médio	Alto
448	MT	PE Serra Ricardo Franco	Baixo	Alto
451	MT	ESEC Rio Ronuro	Médio	Alto
455	MT	PE Igarapés do Juruena	Médio	Alto
463	MT	RESEX Guariba-Roosevelt	Médio	Alto
470	MT	PE Xingu	Alto	Alto
764	RO	ESEC Samuel	Médio	Alto
765	RO	PE Guajará-Mirim	Alto	Médio
768	RO	ESEC Serra dos Três Irmãos	Alto	Alto
772	RO	RESEX Rio Pacaás Novos	Alto	Alto
774	RO	PE Serra dos Reis	Baixo	Alto
775	RO	RESEX estadual Rio Cautário	Alto	Alto
777	RO	RESEX Rio Preto-Jacundá	Alto	Alto
939	AC	PE Chandless	Médio	Médio
981	AM	RDS Amanã	Médio	Alto
982	AM	RDS do Aripuanã/Mosaico Apuí	Alto	Alto
983	AM	RDS Bararati/ Mosaico Apuí	Alto	Alto
985	AM	RDS Cujubim	Médio	Alto
986	AM	RDS Mamirauá	Médio	Alto
987	AM	RDS Piagaçu Purus	Médio	Alto
988	AM	RDS Rio Amapá	Alto	Alto
989	AM	RDS Uacari	Alto	Alto
990	AM	RDS Uatumã	Alto	Alto
991	AM	RESEX Catuá-Ipixuna	Médio	Alto
992	AM	RESEX do Guariba/Mosaico Apuí	Alto	Alto
1004	AM	PE Guariba/Mosaico do Apuí	Alto	Alto
1006	AM	PE Rio Negro Setor Sul/RDS Puranga	Alto	Alto
1007	AM	PE Rio Negro Setor Norte	Médio	Médio

1009	AM	PE do Sucunduri/Mosaico Apuí	Alto	Alto
1021	PA	PE Serra dos Martírios/Andorinhas	Alto	Alto
1033	PA	REBIO de Maicuru	Alto	Alto
1034	PA	ESEC do Grão-Pará	Alto	Alto
1487	TO	PE Cantão	Alto	Alto
1495	RO	PE Corumbiara	Médio	Alto
1506	AM	RESEX Rio Gregório	Alto	Alto
1518	ICMBio	RESEX Rio Cajari	Alto	Alto
1573	AM	RDS do Juma	Alto	Alto
1606	ICMBio	RESEX Médio Purus	Alto	Alto
1626	ICMBio	PARNA Nascentes do Lago Jari	Alto	Alto
1628	ICMBio	RESEX Rio Ituxi	Alto	Baixo
1633	ICMBio	PARNA Mapinguari	Alto	Alto
1635	ICMBio	RESEX Rio Xingu	Baixo	Médio
1730	AM	RDS Rio Negro	Alto	Alto
1732	AM	RDS Igapó-Açu	Alto	Alto
1733	AM	RESEX Canutama	Alto	Alto
1735	AM	RDS Matupiri/Gestão integrada com PE Matupiri	Alto	Alto
1736	AM	PE do Matupiri/Gestão integrada com RDS Matupiri	Alto	Alto
1810	ICMBio	RESEX Renascer	Médio	Alto
1899	MT	ESEC do Rio Roosevelt	Baixo	Baixo
1901	MT	PE Cristalino/Gestão integrada com PE Cristalino II ¹	Baixo	Médio
1977	AM	RDS do Rio Madeira	Alto	Alto
3131	ICMBio	ESEC Alto Maués	Baixo	Médio
3132	ICMBio	RESEX Mocapajuba	Baixo	Alto
3133	ICMBio	RESEX Marinha Mestre Lucindo	Baixo	Alto
3134	ICMBio	RESEX Marinha Cuinarana	Baixo	Alto
3182	AM	RDS Puranga Conquista/Gestão integrada com PE Rio Negro Setor Sul	Médio	Alto

Ucs que entraram a partir de 2017 + PE Cristalino II



CNUC	OG	UC	2017	2023
163	ICMBio	PARNA de Pacaás Novos	Baixo	Alto
174	ICMBio	PARNA do Monte Roraima	Baixo	Alto
206	ICMBio	REBIO do Guaporé	Alto	Alto
3410	ICMBio	PARNA do Acari	N/A	Baixo
3411	ICMBio	REBIO do Manicoré	N/A	Baixo
1902	MT	PE Cristalino II/Gestão integrada com PE Cristalino ¹	Baixo	Médio

ANEXO E – INFORMES FINANCEIROS ENVIADOS AO BANCO DATA 06/2023: COMPONENTES 2, 3 E 4 – CI-BRASIL

	ACUMULADO GERAL DEZ 2022			TOTAL 2a. Semestre de 2023									Total Projeto Remanejado (2023 ANOS)									ACUMULADO GERAL 31/12/2023					
	DEBITADO			PLANEJADO			EXECUTADO			VARIACÃO % (2)			PLANEJADO			EXECUTADO			VARIACÃO % (3)			ENCERRADO					
	CONTRA	BRD	TOTAL	CONTRA	BRD	TOTAL	CONTRA	BRD	TOTAL	CONTRA	BRD	TOTAL	CONTRA	BRD	TOTAL	CONTRA	BRD	TOTAL	CONTRA	BRD	TOTAL	CONTRA	BRD	TOTAL			
I. Fontes																											
1. Saldo de abertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.286.709,47	7.286.709,47	0%	0%	-	-	-	-	-	-	7.286.709,47	7.286.709,47	0%	0%	0%	-	-	-
2. Conta de origem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.618.134,97	1.618.134,97	0%	0%	-	-	-	-	-	-	1.618.134,97	1.618.134,97	0%	0%	0%	-	-	-
3. Conta transferida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.868.174,50	5.868.174,50	0%	0%	-	-	-	-	-	-	5.868.174,50	5.868.174,50	0%	0%	0%	-	-	-
4. Fontes (origem) dos fundos - rendimentos líquidos	-	1.653.076,59	1.653.076,59	-	-	-	-	-	-	313.509,63	313.509,63	0%	0%	-	-	-	-	-	-	313.509,63	313.509,63	0%	0%	0%	-	1.066.586,22	1.380.192,81
5. Contrapartida	676.136.239,13	-	676.136.239,13	64.724.571,43	-	64.724.571,43	81.682.528,20	-	81.682.528,20	26%	0%	64.724.571,43	-	64.724.571,43	81.682.528,20	-	81.682.528,20	26%	0%	26%	676.136.239,13	-	676.136.239,13	-	757.818.767,33	-	757.818.767,33
6. BRD	42.971.421,81	-	42.971.421,81	30.398.857,14	-	30.398.857,14	6.239.372,64	-	6.239.372,64	40%	40%	30.398.857,14	-	30.398.857,14	6.239.372,64	-	6.239.372,64	40%	40%	40%	42.971.421,81	-	42.971.421,81	-	49.210.554,45	-	49.210.554,45
TOTAL DISPONÍVEL	676.136.239,13	44.624.898,45	720.761.137,58	64.724.571,43	30.398.857,14	95.123.428,57	81.682.528,20	13.839.391,74	95.521.919,94	26%	33%	64.724.571,43	30.398.857,14	95.123.428,57	81.682.528,20	13.839.391,74	95.521.919,94	26%	33%	33%	757.818.767,33	51.577.180,67	809.395.948,00	51.577.180,67	809.395.948,00	51.577.180,67	809.395.948,00
II. Aplicações por Categoria																											
Categoria de despesas																											
(1) bens, obras, serviços e treinamento	-	21.768.532,94	21.768.532,94	-	7.200.000,00	7.200.000,00	RS	-	RS	4.501.441,23	4.501.441,23	0%	137%	-	7.200.000,00	7.200.000,00	-	4.501.441,23	4.501.441,23	0%	137%	137%	-	26.267.974,17	-	26.267.974,17	
(2) custos operacionais dos componentes 2, 3 e 4	-	8.064.799,92	8.064.799,92	-	1.714.285,71	1.714.285,71	RS	-	RS	1.208.991,03	1.208.991,03	0%	299%	-	1.714.285,71	1.714.285,71	-	1.208.991,03	1.208.991,03	0%	299%	299%	-	9.273.790,95	-	9.273.790,95	
(3a) remuneração de pessoal técnico	-	3.944.954,00	3.944.954,00	-	827.142,86	827.142,86	RS	-	RS	309.023,99	309.023,99	0%	596%	-	827.142,86	827.142,86	-	309.023,99	309.023,99	0%	596%	596%	-	4.233.378,01	-	4.233.378,01	
(3b) remuneração de pessoal adm (operacional)	-	3.561.902,04	3.561.902,04	-	887.428,57	887.428,57	RS	-	RS	620.545,88	620.545,88	0%	28%	-	887.428,57	887.428,57	-	620.545,88	620.545,88	0%	28%	28%	-	4.182.447,92	-	4.182.447,92	
Contrapartida	676.136.239,13	-	676.136.239,13	64.724.571,43	-	64.724.571,43	RS	81.682.528,20	RS	81.682.528,20	26%	0%	64.724.571,43	-	64.724.571,43	81.682.528,20	-	81.682.528,20	26%	0%	26%	757.818.767,33	-	757.818.767,33	-	757.818.767,33	
TOTAL DE APLICAÇÕES	676.136.239,13	37.837.984,90	713.974.224,03	64.724.571,43	30.398.857,14	95.123.428,57	81.682.528,20	6.640.001,18	98.493.939,39	26%	30%	64.724.571,43	30.398.857,14	95.123.428,57	81.682.528,20	6.640.001,18	98.493.939,39	26%	30%	30%	757.818.767,33	43.977.791,69	801.796.559,02	43.977.791,69	801.796.559,02	43.977.791,69	801.796.559,02
SALDO FINAL NO PERÍODO		7.286.709,45	7.286.709,45							7.289.260,61	7.199.389,61	-	1,00								7.199.389,61				7.199.389,61		7.199.389,61
SALDO DA CONTA DEMONSTRADA		1.618.134,97								81.312,00											81.312,00				81.312,00		81.312,00
SALDO DA CONTA INVESTIMENTO		5.868.174,50								7.115.855,52											7.115.855,52				7.115.855,52		7.115.855,52
		RS 7.286.709,47								RS 7.199.389,28											RS 7.199.389,28				RS 7.199.389,28		RS 7.199.389,28
NOTAS EXPLICATIVAS em 30/06/2023			saldo global							saldo 30/06/23											saldo global				saldo global		saldo global

Conciliação da Conta Designada Junho 2023

Doação Nº: TF A6056-BR

Nome do Banco: Itau Unibanco S/A

Número da Conta: 11904

	R\$
1. Total de Depósitos	52.121.493,62
2. Menos Total que já foi documentado	43.579.131,36
3. Saldo Pendente (por documentar)	8.542.362,26
4. Total Conta Designada + conta investimento em 30/06/2023 (de acordo com o extrato bancário anexo)	7.199.387,58
4a. Saldo da Conta Designada em 30/06/2023 (de acordo com o extrato bancário anexo)	83.532,06
4b. Saldo da Conta de investimento 30/06/2023 (de acordo com o extrato bancário anexo)	7.115.855,52
5. Valor a ser documentado no Pedido	
6. Mais valor pendente de reposição pelo Banco em julho das despesas de junho 2023	3.309.560,90
7. Mais saques efetuados ainda não documentados ao Banco	
8. Menos valores debitados depois do extrato bancário anexo	-
9. Menos rendimentos líquidos gerados na Conta Designada até 30/06/2023	1.966.586,22
10. Total (4 + 5 + 6 + 7 - 8 - 9)	8.542.362,26
	-

Observações:

ASOE foi conciliada com a conta e os valores por categoria, componente estão convergentes com as prestações enviadas ao Banco Mundial.

1 Valores pendentes de reposição pelo Banco	
Pedido Nº	Valor 3.309.560,90
	-
Valor depositado pelo banco em julho para complemento do valor da conta designada	
2 Saques efetuados ainda não documentados ao Banco	
Data	Descrição
	Valor
	R\$ -
3 Outras explicações por discrepância identificada na linha 11	
No IFR consta uma diferença de R\$2,04. Vai ser apurada	